



# Anais da Assembleia

Nº 98

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

### ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1983

TERÇA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Rubens Bueno e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli. (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

Mensagem 95/83

Curitiba, 24 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca.

A medida objetivada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o Poder Judiciário, segundo informações que prestou, não mais pretende tal edifício, face obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICA

Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, o edifício em alvenaria de tijolos, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca de Campo Largo, localizado na Praça Getúlio Vargas.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### —Ao Departamento Legislativo

Mensagem 96/83

Curitiba, 24 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Atalaia .....	06/05/83
Barbosa Ferraz .....	04/06/83
Ivatuba .....	04/06/83
Nova Aurora .....	04/06/83
Nova Cantu .....	09/05/83
Pérola .....	04/06/83
Pitanga .....	06/05/83
Sabáudia .....	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICA

Governador do Estado.

### — Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 97/83

Curitiba, 24 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 259, da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954, através do qual são estabelecidas normas para confecção e concessão da Medalha criada pela Lei n.º 1.948, de 20 de março de 1920.

Tal Medalha é outorgada, há mais de sessenta anos, somente aos oficiais da Polícia Militar do Estado ao passo que, nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) esse direito torna-se extensivo inclusive às praças, que contarem com o tempo de serviço e a conduta exigida, visando recompensar aos bons serviços prestados.

No anteprojeto pretende-se, também, estabelecer tal equidade, pois assegurando-se o mesmo direito às praças, além de ser uma medida com reflexos altamente positivos sobre o

estado moral da tropa, a Corporação estará premiando, sem distinção, todos os policiais-militares, cujos serviços prestados ao Estado e à segurança pública mereçam destaque.

Por outro lado, com a mudança de denominação da medalha, de "Militar" para "Policial-Militar", dar-se-á mais precisão terminológica, evitando-se ainda o uso da nomenclatura peculiar às Forças Armadas.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica denominada "Medalha Policial-Militar", a Medalha Militar criada pela Lei nº 1.948, de 20 de março de 1920 e modificada pela Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

Art. 2.º — O artigo 259, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 259. A Medalha Policial-Militar, criada pela Lei nº 1948, de 20 de março de 1920, confeccionada, respectivamente, em bronze, prata e ouro, destina-se a recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças da Polícia Militar do Paraná, em serviço ativo, que, com ótimo comportamento, completarem, para todos os efeitos legais, dez, vinte e trinta anos, satisfeitas as condições previstas nas "Normas para a Concessão da Medalha Policial-Militar", a serem baixadas pelo Comandante-Geral da Corporação".

Art. 3.º — O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta lei, baixará as "Normas para a Concessão da Medalha Policial-Militar".

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 98/83

Curitiba, 24 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Florestópolis, Itaguapé, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Mandaguapé, Nova América da Colina, Nossa Senhora das Graças, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Peabiru, Rolândia, Santo Antônio do Caiuá, São Pedro do Paraná, Siqueira Campos, Santa Cruz de Monte Castelo, Tamboara e Tomazina, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 99/83

Curitiba, 30 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Revigoração e Retificação, datado de 26 de junho de 1983, ao Convênio nº 03/83, celebrado em 26 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o município de Santa Helena, com a intervenção da Superintendência da Região Sul — Sudesul, objetivando retificar o período de vigência para execução das obras definidas no referido convênio, bem como a renovação de seu prazo de vigência.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 100/83

Curitiba, 30 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover permuta, com o município de Guarapuava, dos imóveis com áreas, localização e demais características que especifica.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, na área que o Estado receber em consequência da objetivada permuta, deverá, futuramente, ser construído um quartel que sediará unidades da Polícia Militar em Guarapuava, fato que, sem a menor dúvida, virá ensejar condições a fim de que a referida Corporação possa melhor cumprir suas finalidades, assegurando pleno atendimento à necessidades daquela importante Região.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.  
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 17.000 m², situado no lugar denominado Xarquinho, na cidade de Guarapuava, de propriedade do Estado, objeto da transcrição nº 2.127, de 11/01/78, do Cartório de Registro de Imóveis, 1.º Ofício, da Comarca de Guarapuava, pela área de terreno com 30.000 m², situada no lugar denominado Morro Alto, situado na mesma cidade, de propriedade do município, objeto da transcrição nº 9.604, de 17/09/82, do Cartório de Registro de Imóveis, 3.º Ofício, da mesma Comarca.

Art. 2.º — A área de terreno que o Estado recebeu na permuta de que trata o artigo anterior, destinar-se-á à construção de um quartel da Polícia Militar do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 101/83

Curitiba, 30 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os

municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "Prosafras", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Catanduvas .....	06/05/83
Cambará .....	04/06/83
Guapirama .....	04/06/83
Jandaia do Sul .....	06/05/83
Jacarezinho .....	06/05/83
Japira .....	09/05/83
Medianeira .....	04/06/83
Mirador .....	06/05/83
Nova Fátima .....	09/05/83
Pranchita .....	04/06/83
São Joao .....	04/06/83
Santo Antônio do Sudoeste .....	04/06/83
Sertanópolis .....	04/06/83
Tomazina .....	09/05/83
Uniflor .....	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 102/83

Curitiba, 30 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder aos pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano, no valor equivalente a um salário mínimo regional, independentemente do montante da pensão. Visa, ainda, o plano de lei em causa estabelecer que nenhuma pensão paga pelo IPE poderá ter valor inferior ao do salário mínimo regional.

A medida ora submetida a exame dessa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa pelo seu elevado sentido social e por ser de salutar justiça, eis que, inspirada em semelhante vantagem proposta através de Mensagem específica em favor dos funcionários do Estado, virá, também, beneficiar as pensionistas do Instituto de Previdência do Estado.

Ademais, convém ressaltar que o anteprojeto proposto, depois de aprovado e transformado em lei, estará consagrando outra expressiva vantagem a grande número de tais pensionistas, aliás às mais necessitadas, tendo em vista o contido disciplinamento no sentido de que nenhuma pensão paga pelo IPE poderá ter valor inferior ao do salário mínimo regional.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado perceberão, exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, a título de gratificação especial, um salário mínimo regio-

nal, independentemente do valor da pensão.

Art. 2.º — Nenhum pensionista do IPE, poderá perceber pensão com valor inferior ao salário mínimo regional.

Art. 3.º — Para atender os encargos financeiros decorrentes da execução desta lei, o Poder Executivo utilizar-se-á dos mecanismos previstos no artigo 7.º, da vigente Lei Orçamentária, modificado pelo art. 9.º, da Lei nº 7.722, de 1.º de julho de 1983.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 103/83

Curitiba, 30 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder aos funcionários públicos civis e militares do Estado, uma gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano, em valor correspondente ao do respectivo vencimento ou soldo básicos. Visa, ainda, tal anteprojeto, conceder aos pensionistas do Estado uma gratificação especial, a ser paga, também, no mês de dezembro e de valor igual ao do salário mínimo regional.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa, eis que, valorizando a classe dos funcionários públicos, consubstancia atendimento a uma de suas mais antigas e expressivas reivindicações.

O Poder Executivo ao propor a concessão da gratificação em causa justamente na ocasião em que a situação econômica e financeira não só do Estado do Paraná, mas de todo o País, apresenta-se em fase das mais difíceis, é uma inequívoca demonstração de que o Governo está sempre atento aos legítimos anseios do funcionalismo Estadual, cuja relevância do trabalho merecedor dessas atenções.

A gratificação de fim de ano será, conforme disposição expressamente contida no anteprojeto, estendida aos pensionistas do Estado, no valor correspondente a um salário-mínimo regional, favorecendo, com isto, pessoas geralmente idosas e sem quaisquer outras fontes de rendimentos.

Como recursos para atendimento aos encargos financeiros decorrentes da execução da medida, é prevista autorização a fim de que o Poder Executivo promova abertura dos necessários créditos, nos termos do art. 7.º, da vigente Lei Orçamentária, modificado pelo art. 9.º, da Lei nº 7.722, de 1.º de julho de 1983.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O funcionário civil e militar, inclusive inativo, perceberá, à parte e exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor do seu vencimento básico ou soldo básico desse mesmo mês, excluídos adicionais, gratificações e vantagens de qualquer natureza.

§ 1.º — A gratificação prevista neste artigo será paga proporcionalmente ao período do exercício durante o ano, com base de 1/12 avos por mês.

§ 2.º — Para efeito da gratificação especial, será considerado como frequência integral, o mês em que houver exercício funcional por tempo igual ou superior a 15 dias.

Art. 2º — Os funcionários civis ou militares afastados do exercício do cargo, sem vencimentos, não terão computado esse período para efeito do cálculo da gratificação especial instituída por esta lei.

Parágrafo único. Também não será computado o período de afastamento dos funcionários colocados sem ônus para o Estado, à disposição de órgãos diferentes da lotação originária.

Art. 3º — A gratificação especial do ano em que o funcionário falecer será paga à sua família, com base no vencimento ou soldo do mês em que se verificar o falecimento, observado o critério de proporcionalidade estabelecido nesta lei.

Parágrafo único. Para efeito da base do cálculo e da proporcionalidade, será considerado como de frequência integral, o vencimento ou soldo do mês do falecimento.

Art. 4º — Os pensionistas do Estado, perceberão em separado no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor de um salário-mínimo regional.

Parágrafo único. O pensionista do Estado que perceber pensão cumulativa com a do Instituto de Previdência do Estado, perceberá a gratificação especial correspondente somente a pensão paga pelo IPE.

Art. 5º — Os benefícios concedidos por esta lei, vigoram a partir de 1º de janeiro de 1983.

Art. 6º — Para atender os encargos financeiros decorrentes da execução desta lei, o Poder Executivo utilizar-se-á dos mecanismos previstos no artigo 7º da vigente Lei Orçamentária, modificado pelo art. 9º, da Lei nº 7.722, de 1º de julho de 1983.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

— Ao Departamento Legislativo.

#### EXPEDIENTE:

##### Ofícios:

Sob o nº 211/83, do senhor IRINEU BOGORNÍ — Presidente da Câmara Municipal de Venâncio Aires no Estado do Rio Grande do Sul, comunicando que foi aprovada por unanimidade naquela Casa, PROPOSIÇÃO apresentada pelo vereador PAULO MATHIAS FERREIRA, a fim de que "SEJAM UNIFICADOS TODOS OS CURRÍCULOS DAS FACULDADES DE TODO O PAÍS". Justificando a este solicitado, o vereador alega o grande número de transferências de alunos de uma Faculdade para outra, sendo que estes prejudicam-se, pois são obrigados a submeter-se a grandes adaptações curriculares, perdendo assim, tempo e dinheiro. Outrossim, solicitamos aos nobres parlamentares, o obséquio de, com a respectiva aprovação desta Assembléia Legislativa, sejam pressionados o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, a Senhora Ministra da Educação e o Presidente do Conselho Federal de Educação.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1566-CEC/M, do senhor deputado PAULO RIBEIRO, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o qual encaminha MOÇÃO de autoria do senhor deputado VICTORINO JAMES, solidarizando-se com o povo, governo e representantes desta Assembléia Legislativa, na pessoa de seu presidente o deputado TRAJANO BASTOS, por motivo da espantosa calamidade que se abateu sobre a população paranaense, em razão das devastadoras enchentes que assolaram vastas regiões do Estado sulino.

— Ao conhecimento da Casa.

##### Telex:

Com o seguinte teor:

"REITERANDO COMUNICAÇÃO JA ENVIADA LIDERANÇA NOSSO PARTIDO NESSA CASA DE LEIS, TENHO SATISFAÇÃO INFORMAR NOBRE DEPUTADO QUE EM NOSSA ESTADA EM BRASILIA CONSEGUIMOS EFETIVA

LIBERAÇÃO RECURSOS MONTANTE DEZ BILHOES DE CRUZEIROS PARA EMPRESAS PARANAENSES ATINGIDAS ENCHENTES, ATRAVES AGENCIAS BANCO DO BRASIL, CONFORME CIRCULAR 3884 - CREGE, COM PRAZO DE APLICAÇÃO FIXADO EM ATE, NO MAXIMO, 30 DE OUTUBRO, LIBERADOS TAMBEM PARA ESTA SECRETARIA RECURSOS 20 MILHOES, DESTINADOS APROFUNDAR ESTUDOS AREA ATINGIDA, COM VISTAS LEVANTAR NECESSIDADES SUPLEMENTAÇÕES FINANCEIRA ADICIONAIS".

##### CORDIAIS SAUDAÇÕES

FRANCISCO SIMEAO RODRIGUES NETO  
SECRETARIO DE ESTADO DA INDUSTRIA  
E DO COMERCIO

— Ao conhecimento da Casa.

##### Expediente:

Do senhor LUIZ EDUARDO LANDÓ, Consul Del Uruguay, saudando ao Excelentíssimo senhor deputado TRAJANO BASTOS, Digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com motivo da passagem do 161º aniversário da Independência do Brasil, como também a todos integrantes do alto corpo Legislativo.

— Ao conhecimento da Casa.

##### Ofícios:

Sob o nº 907/83-DL, do senhor LAURO DE CARVALHO CHAVES — Presidente em exercício da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando requerimento nº 2338/83, de autoria do nobre vereador JEFERSON WANDERLEY, subscrito pelos senhores vereadores LUIZ GIL DE LEÃO, EDSON MUHLMANN, LUIZ CARLOS BETENHEUSER, SANTIAGO LOSSO e IVAN RIBAS, o qual sugere a esta Casa Legislativa, fixar por Legislação, a data de 24 de agosto como o "Dia da Constituição do Paraná", num tributo à memória de JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA MOTTA, que na qualidade de presidente da Província do Paraná, promulgou a primeira Constituição do Estado, no ano de 1891.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 2014/83/albs, do senhor deputado GENÉSIO BERNARDINO DE SOUZA — presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o qual encaminha requerimento de autoria do deputado MARES GUIA, solicitando que esta Assembléia solidarize com os trabalhadores brasileiros, assumindo como sua a luta pela anistia plena para os dirigentes sindicais que tiveram seus mandatos eletivos cassados por determinação do governo federal, através do Ministério do Trabalho, e pela suspensão das intervenções nos sindicatos e consequente devolução das entidades sob intervenção às diretorias legitimamente eleitas.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 508/83/CM., do senhor LOURIVAL BERNARDO DA SILVA — presidente da Câmara Municipal de São José da Lage, no Estado de Alagoas, encaminhando Indicação nº 30/83, de autoria do senhor vereador LOURIVAL BERNARDO DA SILVA, o qual sugere a esta Casa Legislativa que todos sensibilizem-se quanto à necessidade de doar um dia de seus vencimentos, numa conta bancária aberta no Banco do Brasil S.A., para posterior doação aos flagelados da seca e das cheias.

— Ao conhecimento da Casa.

##### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução nº 82/83, que aprova termo de convênio entre o Estado do Paraná e a URBS, com intervenção do município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução nº 1/83, de autoria deste deputado, que dispõe sobre a Tribuna Livre.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MADALENA BAGGIO, ocorrido no dia 10 do corrente na cidade de Prudentópolis.

Outrossim, solicita da decisão da mesa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ITALO TODESCHINI, ocorrido no dia 29 de agosto próximo passado, em nossa capital.

O Sr. ITALO TODESCHINI, pertencente a uma família que edificou, em Curitiba, no ramo de alimentos e congêneres, a firma Indústria Todeschini S/A, a qual, pelo dinamismo e elevada capacidade empresarial de seus dirigentes e proprietários, se tornou um símbolo da economia genuinamente paranaense e nacional.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado paranaense.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. ADEMAR ULLIANA, ocorrido ontem na cidade de Ponta Grossa.

O falecido era conceituado agricultor, pecuarista, comerciante e industrial na cidade de Ponta Grossa, onde também desenvolveu intensa atividade política, tendo exercido as funções de vereador.

Era casado com a Sra. Eugenia Marcela Ulliana, e deixa os seguintes filhos: Ademar Ulliana Filho, Luiz Carlos Ulliana, Simone Ulliana, Eraldo Ulliana, Dionísio Ulliana Neto e Marlene Ulliana Sanson. Requer seja oficiado à família do falecido.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. HERCULANO TORRES CRUZ, ocorrido ontem, na cidade de Ponta Grossa.

O falecido era advogado militante, ex-professor universitário, ex-vereador, casado com a professora HELENA PARIGOT SOUZA CRUZ, deixando os seguintes filhos: Helena Fustenberger; casada com o professor Rubens Fustenberger, Luiz Cristiano Torres Cruz e Carlos Souza Cruz.

Requer ainda, que a família do falecido seja comunicada por ofício do presente voto de pesar.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. HERCULANO TORRES CRUZ, advogado militante, ex-vereador pelo município de Ponta Grossa e membro de tradicional família daquele município.

A lamentável tragédia que veio ceifar a vida de tão ilustre personalidade, abalou de forma profunda a sociedade pontagrossense que perdeu não só o amigo, mas o profissional dedicado às causas mais nobres daquela comunidade.

Requer que desta decisão seja dado ciência aos seus parentes e familiares no endereço: rua Padre Lox, 687, esquina R. Cel. Dulcídio - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com os órgãos de imprensa de nosso Estado e com seus profissionais, pela passagem do DIA DA IMPRENSA, ocorrido no dia 10 de setembro próximo passado.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos principais órgãos de imprensa de nossa capital.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Conselho de Direção do Jornal "Olho Vivo" de Londrina, pela sua primeira edição.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

##### PORQUE "OLHO VIVO".

O jornal "Olho Vivo" está nascendo agora, mas é resultado de muito tempo de trabalho. É fruto da união de muita gente que, além de lutar pela sobrevivência, no dia-a-dia, ainda é capaz de encontrar forças para dedicar à sua comunidade.

"Olho Vivo" é isso: a coordenação dos esforços de lideranças do Setor Norte de Londrina, e de militantes do PMDB que vêm na organização popular o único caminho para tirar o povo da miséria e do abandono e tirar o Brasil da opressão e da dependência externa. "Olho Vivo" é uma forma - ainda tímida - de mostrar que o povo está aí: quieto, mas vivo; olhando tudo o que se passa. E juntando forças, para cobrar com juro.

Ele está nascendo no Setor Norte de Londrina, onde vivem 60 mil pessoas. Mas quer ser um jornal para toda a cidade. Ele está chegando, de baixo para cima, firme com o povo e ao lado de todos os setores da sociedade que desejam e lutam neste momento, por um Brasil livre e democrático. (Jornal "Olho Vivo" - ano I - Londrina, Setembro 1983 - número 01).

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com o CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO pela passagem do DIA DO ADMINISTRADOR, ocorrido no dia 09 de setembro próximo passado.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos principais órgãos de imprensa de nossa capital.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) DONATO GULIN

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER nos termos regimentais, que se consigne nesta Casa um voto de congratulações pela posse de DOM DOMINGOS GABRIEL WISNIEWSKI, Bispo de Apucarana - Pr.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de mensagens contendo voto de congratulações aos Grupos de Alcoólicos Anônimos pelo transcurso do 15.º ano de implantação deste movimento no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

# JUSTIFICATIVA:

Alcoólicos Anônimos é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças a fim de resolver seus problemas comuns, e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo.

O único requisito para tornar-se membro de Alcoólicos Anônimos é o desejo de parar de beber. Para ser membro de AA não é preciso pagar taxas nem mensalidades, pois Alcoólicos Anônimos é auto-suficientes, graças as suas próprias contribuições, e em anexo um trabalho elaborado por membros de AA.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dessa sessão, "voto de regozijo" pelas comemorações alusivas ao 160º aniversário de Emancipação Política do Município de Ponta Grossa, em data de 15 de setembro do mês em curso.

Requer, ainda, que desta decisão, seja manifestado às pessoas do senhor Prefeito Municipal, Otto Santos Cunha e senhor Presidente da Câmara, Joel Lopes da Silva, os seus cumprimentos pelo feliz evento.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de aplausos à Rede Globo de Televisão pela programação intitulada "Projeto Nordestinos".

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

# JUSTIFICATIVA:

A Rede Globo de Televisão anuncia, para o próximo

domingo, dia 18, uma programação especial, intitulada "Projeto Nordestinos", cuja finalidade maior é angariar recursos materiais e financeiros em auxílio das populações nordestinas e que hoje, mais do que nunca, passam as maiores privações em função do flagelo da seca.

A organização comandada pelo eminente homem público, doutor Roberto Marinho, e no Paraná representada pela TV Paranaense, Canal 12 sob a competente orientação do doutor Francisco Cunha Pereira, volta a desempenhar relevante papel de apoio às causas mais justas da comunidade, que encontra em tal veículo de comunicação seu mais autêntico porta-voz.

A exemplo do que fez, recentemente, quando das enchentes que assolaram a região sul, volta a Rede Globo a desenvolver importante missão, unindo todo o Brasil em torno de dor de milhares de patricios, sofrendo os castigos da natureza e a imprevidência dos homens públicos.

Solicito à Comissão Executiva, após a aprovação do presente, se faça a devida comunicação ao diretor superintendente da Rede Globo, doutor Roberto Marinho, e ao diretor presidente da TV Paranaense, Canal 12, doutor Francisco da Cunha Pereira.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplausos ao Esporte Clube Pinheiros, pela inauguração de seu estádio, destinado à prática de futebol e outros esportes.

Tal acontecimento, dignifica ainda mais a história do referido clube, que traz em seu bojo, desde a sua fundação em 1914, sob a denominação de Savóia Esporte Clube, uma abnegação primorosa de seus dirigentes, visando, sempre com um trabalho paulatino e consciente, criar possibilidades concretas para a prática de múltiplas atividades esportivas e sociais, o que certamente trará benefícios, não apenas aos seus torcedores e associados, mas principalmente à comunidade de Curitiba e de nosso Estado.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma, à diretoria do Esporte Clube Pinheiros, na pessoa de seu presidente, senhor Erton Coelho Queiroz.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Sua Excelência doutor Cesar Cals, DD. ministro das Minas e Energia, no sentido de que seja estudado a possibilidade de ser cobrada, dos Hotéis do Paraná, a energia elétrica somente consumida, excluindo a forma de cobrança por demanda (carga de energia colocada à disposição não utilizada, porém paga), tendo em vista a baixa taxa de ocupação ocorridas nos estabelecimentos hoteleiros em nosso Estado, devido a incidência de chuvas ocorridas nos últimos meses impossibilitando a realização dos roteiros turísticos que por aqui deveriam passar.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) DONATO GULIN.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja

expedido ofício à Professora Gilda Poli da Rocha Loures, DD. Secretária de Educação do Estado, solicitando sejam tomadas as providências necessárias para instalação, no ano de 1984, do curso colegial de Segundo Grau, no Núcleo Habitacional "Santa Paula", da cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Habitacional "Santa Paula", localizado na cidade de Ponta Grossa, é um dos maiores do Estado do Paraná.

É composto de duas mil casas e nele residem mais de dez mil pessoas. Dista sete quilômetros do centro da cidade e nele o Governo do Estado do Paraná possui dois prédios escolares modernos, recentemente construídos e totalmente equipados até com laboratórios.

Presentemente, mil e duzentos alunos estão matriculados da primeira à quarta série, e oitocentos alunos estão matriculados da quinta à oitava série.

Apesar da ociosidade física que se verifica no período noturno, não foi instalado o curso colegial de segundo grau, apesar de existirem cerca de 600 pessoas que há manifestaram interesse em continuar os estudos que atualmente estão impossibilitados de fazê-lo, em razão da ausência, no Núcleo, do curso colegial. Os cursos de segundo grau funcionam no centro da cidade e quem mora no "Santa Paula" se vê obrigado a utilizar ônibus tornando proibitivo o ensino.

A instalação do curso colegial naquele local atenderá também moradores de outros bairros limítrofes e não gerará maiores gastos ao Governo Estadual, pois os professores poderão ser recrutados nos colégios que funcionam no centro da cidade de Ponta Grossa.

O atendimento desta reivindicação dos moradores do Núcleo Habitacional "Santa Paula" tem profundo sentido social e permitirá que cerca de mil pessoas reiniciem seus estudos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo Sr. Secretário da Justiça, solicitando seja elevada de Comarca Inicial para Comarca Intermediária, a Comarca de Marialva.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Marialva conta com excessivo volume de matérias que urge discussão, tanto na área criminal como na área cível o que evidentemente vem causar protelamento nas decisões por parte do Judiciário.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor Secretário da Justiça, solicitando a instalação de um Serviço de Naturalização em Maringá.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A cidade de Maringá é sede de uma vasta região e os estrangeiros que residem nesta cidade e arredores, quando necessitam requerer a Cédula de Identidade para Estrangeiros são obrigados a se dirigirem a Londrina ou Curitiba.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde no Conjunto Cohapar, Milton Luiz Pereira, na sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Cohapar Milton Luiz Pereira na sede do Município de Campo Mourão, possui mais de mil casas e nelas habitam pessoas que, na sua maioria, são "bóias frias" ou trabalhadores urbanos com salários mínimos, daí a sua grande dificuldade inclusive de locomoção, pois todos são extremamente carentes.

O índice de doenças também é alarmante, daí a necessidade do poder público instalar ali um posto de saúde para solver os problemas ali existentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, solicitando a implantação da rede de esgotos na sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão é um dos mais desenvolvidos de todo o Estado do Paraná. Sua sede, com mais de 30 mil habitantes, é polo de desenvolvimento microregional, mas infelizmente até a presente data não conta com a estrutura básica, que é a rede de esgotos, o que por certo traz prejuízos incomensuráveis à sua população, daí a presente solicitação, para que urgentemente se faça tão importante obra para aquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Justiça, no sentido de viabilizar estudos para a implantação de um mini-presídio agrícola no Município de Campo Mourão.

Não há dúvida de que a solicitação em pauta é uma reivindicação das mais necessárias, pois é reflexo da preocupação diante da situação prisional em nosso Estado (em especial na Região de Campo Mourão), e do pouco caso que as autoridades têm dado ao assunto. Para confirmar esta afirmação, basta lembrarmos que não obstante o aumento da criminalidade, nos últimos 30 anos não foi construído nenhum presídio no Estado.

Deste modo, com a implantação de um mini-presídio em Campo Mourão, teríamos destacadas vantagens, no que se refere ao sistema penitenciário como elemento recuperador social. Uma das vantagens, seria evitar o deslocamento dos condenados na região, para cumprir pena na Capital onde os presídios estão superpopulosos, com os encarcerados vivendo em precárias condições de dignidade; outra vantagem a considerar, seria que dentro do próprio presídio o recluso teria trabalho, que é importante sob o ponto de vista de terapia ocupacional e sob o ponto de vista de manutenção alimentar do presídio (auto-manutenção).



Por tudo o que foi exposto, achamos a presente solicitação de primordial importância tendo em vista a especial atenção que deve ser dada ao sistema penitenciário estadual.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor Superintendente do INPS no Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma agência do INPS em Iretama, neste Estado.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Iretama, distante mais de 50 km de Campo Mourão onde recebe assistência do INPS, necessita urgentemente que em sua sede seja instalado uma agência local, pois como é do conhecimento de todos sua população, na maioria carente, não pode se deslocar para receber seus benefícios para aquela cidade, dado suas dificuldades econômicas e financeiras.

Daí a justeza da reivindicação presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja analisada a viabilidade de ser enviada uma viatura e mais policiais bem como que o delegado passe a residir no município de Janiópolis. Aquela cidade citada anteriormente, conta com apenas dois policiais, sendo que este total é insuficiente para uma população de pouco mais de treze mil habitantes (de acordo com o Censo de 1980), que não pode continuar a viver neste clima de insegurança, sendo necessárias que sejam tomadas medidas urgentes capazes de suprir as deficiências existentes atualmente.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima senhora diretora superintendente da Fundepar, no sentido de viabilizar às escolas infantis, especificamente ao pré-escolar, no município de Iretama.

De iniciativa do senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal de Iretama, visa a solicitação em pauta melhor equipar as escolas infantis naquele município, que conta atualmente com 20 (vinte) períodos de pré-escolar, o que representa um total de 500 (quinhentos) alunos.

Infelizmente, o município não possui infra-estrutura financeira para equipar os estabelecimentos, tendo em vista a difícil conjuntura que atravessamos no momento, e que é do conhecimento de Vossa Excelência.

Diante de tudo o que foi exposto, e tendo em vista a premência da medida, ficamos certos da atenção que certamente a Excelentíssima senhora diretora superintendente da Fudepar dispensará ao assunto.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de adotar as medidas que se fizerem necessárias para amenizar o clima de intranquilidade reinante na sede do município de Peabiru.

De iniciativa do senhor Cleuzer Araújo, venerável da Loja Maçônica Rui Barbosa, de Peabiru, visa a solicitação em pauta refrear o clima de insegurança que invadiu a cidade nos últimos meses. Efetivamente a comunidade peabiruense tem vindo a ser vítima de atos de vandalismo, roubos e demais agressões, sendo que até o presente momento não foram descobertos os responsáveis por tais atos.

Em poucos meses houve mais de oito roubos de carros e diversos arrombamentos em casas, causando sérios prejuízos aos proprietários que com muito sacrifício, os vêm adquirindo. Também o uso abusivo dos psicotrópicos é praticado sem a menor repressão em diversos pontos da cidade, colocando em risco a educação dos jovens munícipes.

Diante de tudo o que foi exposto, e tendo em vista a progressão dos desajustamentos sociais que estão lesando a segurança e tranquilidade do povo laborioso do município de Peabiru, temos a certeza que o Excelentíssimo titular da Pasta da Segurança Pública tomará as providências que se fazem indispensáveis, levando de novo o sossego merecido aos bravos munícipes peabiruenses.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado abaixo-assinado REQUER que, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício dirigido ao Excelentíssimo senhor secretário dos Transportes do Paraná, engenheiro Deni Schwartz, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias ao encascalhamento e alargamento da rodovia primária que liga Jacui à Rodovia do Café, numa extensão de 25 quilômetros.

A localidade de Jacui está situada numa região em que são limítrofes os municípios de Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa. Os agricultores que residem na região já fizeram apelos aos prefeitos dos três municípios e não foram atendidos, estando a estrada completamente abandonada, especialmente na altura da Serra das Almas onde o tráfego está praticamente interrompido.

A região é marcadamente composta de pequenas propriedades rurais e os agricultores têm sofrido prejuízos por não poderem transportar suas produções de cereais.

Finalmente, requeiro que em anexo ao ofício a ser expedido ao secretário de Transportes seja também enviado o incluso memorial feito pelo cidadão Júlio Lirani, um dos proprietários prejudicados pela má conservação da estrada.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, DD. secretária de Estado da Educação, encarecendo-lhe sejam tomadas as providências necessárias para a construção de um prédio escolar na localidade de Sede União, no município de Santo Antônio do Sudoeste, já para o próximo ano de 1984.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.



**JUSTIFICATIVA:**

A presente reivindicação é um dos maiores anseios da população de Sede União, que dista mais de 40 km da sede do município, sendo separada por um rio com ponte precária.

Além disso, é elevado o número de crianças em idade escolar que virão a se beneficiar com a criação desse estabelecimento de ensino.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à superintendência regional do INPS, no Paraná, solicitando a assinatura de convênio entre o Funrural e a Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, para a instalação de um posto de atendimento ortopédico nesta última. Com a assinatura desse convênio, que poderia inclusive abranger outras especialidades médicas, haveria condições de atender toda a região.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

**JUSTIFICATIVA:**

A solicitação para que seja assinado um convênio de prestação de serviços médicos entre o Funrural e a Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho vem atender a uma antiga reivindicação dos segurados daquele órgão federal residentes nos municípios de Cambará, Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Quatiguá, Ribeirão Claro e Santo Antônio da Platina, obrigados hoje, a uma custosa locomoção até a cidade de Cornélio Procopio. Na região somente Cornélio Procopio possui um hospital conveniado para tal tratamento, bastante longe dos municípios acima indicados. Daí a razão de se estar solicitando a nomeação de uma casa hospitalar, em Jacarezinho, que poderia atender com mais brevidade os segurados do Funrural residentes nos municípios vizinhos.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento das seguintes estradas localizadas na região Nordeste do Paraná.

1. Querência do Norte ao Porto Felício (divisa com Estado de Mato Grosso);
2. Santa Cruz do Monte Castelo a Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

**JUSTIFICATIVA:**

Atendendo a diversos pedidos das autoridades e do povo em geral do município de Querência do Norte e adjacências, estamos encaminhando o presente requerimento para apreciação dos ilustres membros desta Casa.

Com este pedido estamos pretendendo conseguir a ligação asfáltica entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul, o que resultaria em preciosos benefícios para o nosso Estado.

São grandes os transtornos que ocorrem naquela região paranaense, principalmente nos dias de chuvas, quando as estradas tornam-se impraticáveis.

A despeito do ingente esforço realizado pela Prefeitura Municipal de Querência do Norte, que não tem medido esforços no sentido de conservar o trecho rodoviário acima citado, os prejuízos à economia regional têm sido dos maiores.

A conservação dessa estrada não depende unicamente do esforço individual do município interessado, pois, na verdade, trata-se de um interesse a nível estadual. O terreno naquela

área além de ser arenoso e de fácil erosão, o tráfego ali existente é intenso, o que não possibilita nenhuma chance de conservação enquanto o leito for natural.

Resulta, então, que os prejudicados são os usuários que nas épocas de chuvas sofrem demasiadamente.

Por exemplo: as pessoas que se dirigem ao Estado de Mato Grosso e que transitam pela estrada Querência do Norte a Porto Felício, nas épocas chuvosas, só tem duas opções: ou se sujeitam a enfrentar as péssimas condições da estrada, sem saber se vão chegar ou não, ou têm que triplicar a viagem dando volta por Presidente Prudente (SP), até chegar a Dourados (MT).

É de se observar, ainda, que a cidade de Querência do Norte possui ligação asfáltica somente no sentido Loanda-Paranavaí, sendo que aquela gente necessita de estradas que proporcionem maiores aproximações comerciais com outros centros.

Temos notícia de que o governo de Mato Grosso do Sul, sensibilizado com a situação, já providenciou quase 60 por cento do asfaltamento do trecho Porto Caiuá a Dourados, e, pelas informações, já está projetando o restante do asfaltamento.

Desta forma, com o asfaltamento da Querência do Norte a Porto Felício, logo teremos uma linha interestadual pavimentada com grandes e indiscutíveis benefícios para todos os paranaenses.

De outro lado, estamos também solicitando o asfaltamento do trecho compreendido entre Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí, que, efetivamente, são dois importantes polos da região Noroeste paranaense e que têm proporcionado muitos benefícios para o nosso Estado.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o plenário, envio de correspondência ao Dr. Fernando Ghignone, DD. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando revisão do processo que excluiu em maio de 82, da Comissão Estadual de Artes Ciências-CEAC, a representante da Federação Independente do Teatro Amador do Paraná, Sra. Nitis Jacon de Araújo Moreira.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Márcio Almeida

**JUSTIFICATIVA**

Já demora a correção da injustiça que o Governo do Sr. Ney Braga cometeu contra a cultura paranaense quando, por intrigas pessoais e fundamentalmente por divergências em torno da política cultural para o Estado, excluiu de particular da CEAC-Comissão Estadual de Artes Ciências, órgão de Assessoria da SECE, a Sra. Nitis Jacon de Araújo Moreira, representante da FITAP e diretoria de teatro da Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina.

Apelamos a V.Ex.<sup>a</sup> para que, coerentemente com os novos rumos culturais que o povo paranaense escolheu em novembro de 1982 e que vêm sendo desenvolvidos pela atual gestão da SECE, seja procedida a revisão do referido processo de exclusão.

Já foi o tempo do obscuratismo na vida cultural do Paraná. Vamos repor a verdade sobre os episódios lamentáveis que envolveram a SECE e a FITAP no Governo autoritário do Sr. Ney Braga. É passada a hora de se punir os bajuladores da cultura paranaense e de se valorizar as lideranças realmente comprometidas com a produção da cultura do novo tempo no Paraná.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Digníssimo Secretário da Segurança Pública, solicitando a

inclusão no orçamento de 1984, daquela pasta, de verba para construção da Delegacia de Polícia do Município de Tupãsi, em atenção à reinvidicação dos Vereadores Aparecido Damasceno, Amaury Visentin e Adão José Rodrigues da Silva, e Bráulino de Mendonça e João Jair Ribeiro, membros do Diretório Municipal do PMDB daquela cidade.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Mário Pereira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando o mais breve possível Lagoa/Guaraniaçu, bem como requer o estudo das possibilidades do seu asfaltamento.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Augusto Carneiro.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada rodovia, representa um antigo anseio dos produtores da região de ambos municípios.

Tanto Guaraniaçu como Campina da Lagoa, são altamente produtores e por isto tem dado sua parcela de colaboração ao Estado, merecendo o retorno em forma deste benefício.

O escoamento das riquezas, está sendo feita por precária estrada terrosa e a travessia do Rio, por uma obsoleta e onerosa balsa, o que dificulta o trânsito de mercadorias, causando enormes prejuízos aos agricultores.

Ora a construção da estrada foi interrompida há mais ou menos 60 (sessenta) dias, por motivo de afastamento da construtora: Assim o povo espera ansioso o reinício das obras, bem como seu asfaltamento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, bem como a outros órgãos federais e estaduais, relacionados ao presente assunto, solicitando providências urgentes para que seja impedido o desmatamento de área de reserva florestal, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, situada no Município de Tuneiras do Oeste, mais precisamente na Glebas Ribeirão Concórdia e Saguarema.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Ferrari Júnior.

#### JUSTIFICATIVA:

Recebi ofício da Câmara Municipal de Tapejara denunciando o desmatamento feito na maior reserva nativa do Estado, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, especificamente na região de Tapejara e Tuneiras do Oeste, dentro das Glebas Ribeirão Concórdia e Saguarema.

É a única reserva florestal nativa agrupada existente em todo o Noroeste paranaense, onde existem ainda exemplares raros de nossa fauna e flora que já se encontram em vias de extinção, por não ter mais habitat natural para seu desenvolvimento e procriação.

O desmatamento dessa reserva florestal, violentando a fauna e flora, ainda existentes naquela região, consiste num crime de depredação do meio ambiente, que deve merecer por parte das autoridades constituídas providências urgentes para evitar esse crime contra a natureza.

Já é do domínio público que no Município de Jussara, à margem esquerda do Rio Ivaí, a própria Companhia Melhoramentos derrubou extensa reserva florestal, para instalar ali uma usina de álcool. E, na época, já se ouviram os brados dos

ecologistas, tentando demover essa firma poderosa, tida até como multinacional, de seus intentos, espoliando a natureza. E esses brados, Senhor Presidente, senhores deputados, não foram ouvidos pelo poder público. A mata virgem foi devastada e dizimada, e, em nome de um falso progresso, de interesses econômicos (isto sim) dos donos das terras, instalou-se a usina de álcool. De nada adiantaram os protestos veementes dos que desejavam salvaguardar a natureza, e com ele a fauna e a flora ali existentes.

Hoje, novo crime se comete contra essa mesma natureza. Levantam-se os brados das comunidades da região, pedindo a conservação da reserva florestal nativa. Paulatinamente, porém, a todo-poderosa Companhia está vendendo essa reserva para terceiros, ávida de mais alguns lucros, para quem muitíssimo já possui. Com fábrica de cimento, com usinas de álcool e de açúcar no Paraná e no Estado de São Paulo, com banco particular, e com muitas outras ramificações no mundo econômico, os donos da Companhia Melhoramentos tentam agora entregar à sanha de depredadores da natureza, rica e vasta reserva nativa da região de Tuneiras do Oeste e de Tapejara.

Sera, meus senhores deputados, senhor Presidente, que a avidez do lucro e da riqueza de quem muito já tem, cega a visão de pessoas que no passado construíram com dignidade o Norte do Paraná? Por que não doar essa reserva ao patrimônio nacional com preservação permanente do poder público, conforme estabelece o art. 3º, da Lei Federal n.º 4.771, de 15/9/65?

O Governo do Estado lança uma campanha de preservação do solo, mobilizando imprensa escrita, falada e televisada. Nas escolas ensina-se a conservação do meio ambiente e campanhas e mais campanhas são encetadas nesse sentido. Até as comunidades religiosas, nas igrejas praças, tentam conscientizar seus adeptos e fiéis para a gravidade da questão do mal aproveitamento do solo, do desmatamento. A televisão mostra a miséria e a fome do Nordeste, consequência funesta de falta de previsão do passado, com relação à conservação do solo daquela região (uma das mais férteis do País), e da falta de chuvas, ocasionada pela falta de reservas florestais.

Esperamos que nosso apelo seja atendido: evitem o desmatamento. Tenho comigo que a companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pelo desbravamento do passado, existe um espaço a ela reservado na história do Paraná e do Brasil, e que esse espaço deverá ser preenchido por fatos heróicos. O que temo é que, por causa do vil metal, pelo desmatamento agora denunciado, acabe sobrando a essa Companhia um espaço negro na futura história paranaense brasileira.

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

Requer seja oficiado às lideranças de todos os Partidos no Senado e na Câmara dos deputados, solicitando-lhes proposição de Emenda Constitucional que reformule o critério de fidelidade político-partidária, especificamente concedendo-se aos detentores mandato legislativo a nível municipal, estadual e federal, sem quaisquer prejuízos o direito de livre filiação em qualquer agremiação político-partidária pela qual venham a optar, bem como o fim do voto vinculado em todos os níveis.

Senhor Presidente.

De acordo com as normas regimentais, o deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER à Mesa, seja oficiado às lideranças de todos os Partidos no Senado e Câmara dos deputados, solicitando-lhes que, através de Emenda Constitucional, confirmem aos detentores de mandato legislativo no país direitos iguais aos já outorgados às chefias de Poder Executivo, a quem assiste o poder optar por filiação em partido político diferente daquele pelo qual foi eleito.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Tadeu França.

**JUSTIFICATIVA**

A mola mestra da democracia é o exercício da liberdade, e esta parece estar sendo cercada pela legislação atual, que prevê perda de mandato ao detentor de cargo eletivo a nível de legislatura, desde que venha a enveredar-se por revisão de comportamento a nível de filiação político-partidária. Além de arbitrariedade, esta prática de encurralamento agremiacionista afronta o próprio suporte do pluripartidarismo, eixo este que por essência deve ser dinâmico. Igualmente, a prática do voto vinculado em todos os níveis, além do alto índice de obstrução de fato à livre escolha pelo eleitor, traz igualmente em seu bojo a repulsa pela solução pluripartidária de que se reveste a atual democracia brasileira.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Telecomunicações do Paraná S/A - Telepar, apelo no sentido de que as contas telefônicas cobradas por aquela empresa de serviço público passem a ter os seus vencimentos marcados entre os dias 5 e 10, e no final de cada mês, como até agora tem sido feito.

O pedido prende-se ao fato de que o pagamento aos assalariados são feitos no início do mês, e levando-se em conta que os seus salários estão a cada dia mais minguados, o pagamento das contas telefônicas na data do vencimento torna-se praticamente impossível, fazendo com que os mesmos passem a fazê-lo com atraso e paguem a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da conta a que estão sujeitos, onerando-os ainda mais.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Erondy Silvério.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de pedido de informações à secretaria de Estado da Educação nos seguintes itens:

1 - Quantos alunos atende atualmente o Grupo Escolar Manoel da Silveira D'Elboux, situado na rua Fernando de Barros, no bairro Hugo Lange, nesta Capital?

2 - Qual o valor do aluguel pago atualmente pelo uso do imóvel e qual o seu prazo de vigência?

3 - Se essa secretaria pode assegurar e garantir a manutenção deste estabelecimento de ensino naquele local e por quanto tempo?

Sala das Sessões, em 13 de Setembro de 1983.

(a) Erondy Silvério.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor secretário da Saúde, pedido de informações solicitando resposta aos seguintes quesitos:

1 - se a comunidade do pessoal que fez estágio e prestou serviços nos postos de saúde no interior, como agente A, B, atendente e outros, teve como finalidade o aprimoramento dos serviços;

2 - quanto gastou a Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha com indenizações do pessoal dispensado?

3 - No caso específico do posto de saúde de Kaloré, quais foram os benefícios que as substituições trouxeram àquela unidade sanitária?

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Gilberto Carvalho.

**PROJETOS DE LEI:****PROJETO DE LEI Nº 134/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º - O art. 9º, da lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, fica acrescido do seguinte item IV:

Art. 9º - São isentos da TS os atos e documentos relativos:

.....  
.....

IV - empresa de radiodifusão

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983

(a) Ervin Bonkoski.

**JUSTIFICATIVA:**

O Art. 9º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, ao isentar a taxa de segurança os atos e documentos que especifica, pretende beneficiar atividade de cunho eminentemente social, não sendo cobrada a mencionada taxa para finalidades escolares, militares e eleitorais, bem como para atos que digam respeito à situação de servidores públicos ativos ou inativos ou que atendam ao interesse de pessoas comprovadamente pobres.

Nestas condições, tratando-se o serviço de radiodifusão de atividade que, de todas as maneiras, presta inestimável serviço à população de um modo geral e às classes menos privilegiadas, em particular, queremos crer que o projeto por si só se justifica, tornando-se merecedor do indispensável apoio dos nobres senhores deputados.

**PROJETO DE LEI Nº 136/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Clínica Beneficente "Hiro Vieira" de Mandaguacu, com sede e foro no município de Mandaguacu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Basilio Zanusso.

**JUSTIFICATIVA:**

A Clínica Beneficente "Hiro Vieira" de Mandaguacu - C.B.H.V.M., entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, foi fundada em 1982, sob o auspício da Loja Maçônica Luz e Esperança de Mandaguacu, com finalidade de dar assistência médica àquelas pessoas menos favorecidas pela sorte e que não tenham nenhum vínculo com instituições de previdência.

A documentação que estamos anexando, comprovam as exigências legais, estabelecidas pela Lei nº 6.994, de 10/01/78, que regula o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com a certeza de que o presente plano de lei merecerá o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, é que estamos apresentando o presente, esperando posteriormente a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 137/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - fica declarada de utilidade pública, a SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, à rua Souza Naves nº 442, 9º andar, sala 901.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) Edgar Pimentel.

**JUSTIFICATIVA:**

A " SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, constituiu-se em uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja atividade principal está em congregar os profissionais militares ou de qualquer forma ligados ao meio rural, à agricultura, à pecuária e demais atividades congêneres, auxiliando-se e orientando-os em seus interesses e aspirações comuns, bem como promover e patrocinar o estudo dos problemas e dificuldades inerentes às suas atividades, contribuindo com soluções, podendo estender suas atividades, realizações e promoções por todo o Estado do Paraná.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo as determinações para as quais foi criada, em 09 de agosto de 1980, e seu desempenho junto à comunidade cascavelense tem sido de maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está finda a leitura ao expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. presidente, srs. deputados.

Muito se tem falado, Sr. presidente, sobre a apresentação do Plano de Governo do Sr. José Richa. Todos querem participar da discussão, porque cada um dos srs. deputados têm algo a oferecer como contribuição. Ocupo a tribuna hoje, Sr. Presidente, para solicitar que esta Presidência convoque uma reunião entre as bancadas, com as bancadas do PMDB e do PDS, para discutirmos o orçamento da Assembléia.

Nós que tanto temos falado na discussão do Plano de Governo apresentado pelo Executivo, não estamos discutindo o nosso Plano de Aplicação; não estamos discutindo o Orçamento da Casa. E se o local correto é o plenário, para que essa discussão seja levada a efeito, solicito à presidência que, antes de ser trazido a Plenário, que numa reunião mais informal possam os srs. deputados discutir o Orçamento da Assembléia.

Acho isso de capital importância, porque não podemos nós estarmos querendo discutir o Plano de Governo, se nem o Plano da Assembléia Legislativa entra em discussão.

As Comissões, sr. presidente, srs. deputados, que nesta Legislatura têm atuado e se reunido periodicamente, não têm muitas vezes, recursos para poder levar a efeito aquilo a que se propõe. A Comissão de Transportes, que tenho a honra de presidir, reuniu sindicatos de todo o Estado do Paraná envolvidos com transporte de carga. Nestas reuniões, verificou-se a necessidade de que o Paraná não continuasse sendo prejudicado pela lei das balanças, que pesam os caminhões por eixo, quando são carregados estes mesmos caminhões por inteiro, pesados nos balanços, assim chamados, das cooperativas e das empresas que comercializam cereais.

Reunimos, produzimos um documento e marcamos uma reunião com a comissão de transportes da Câmara Federal, reunião que será levada a efeito amanhã, às 10 horas da manhã. Cada deputado terá que ir com recursos próprios porque a comissão não tem recursos.

Portanto, senhor presidente, fica o apelo para que Vossa Excelência convoque os Deputados do PMDB e PDS para, antes de trazer à apreciação deste Plenário, o Orçamento da Assembléia, possamos discuti-lo, possamos esmiuçá-lo, possamos sem as formalidades normais do Plenário, verificarmos as reais necessidades para que possa o Poder Legislativo desempenhar suas funções, e para que possamos todos nós, deputados desta Casa, a partir da discussão do Orçamento da Assembléia, trabalhar no sentido da valorização do Poder Legislativo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no pequeno Expediente, senhor deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - senhor presidente, srs. deputados.

Venho a esta tribuna hoje, tratar de um assunto que considero de mais alta importância para a nossa população, no que diz respeito ao combate à raiva canina no Estado do Paraná.

O Estado do Paraná tem tido um comportamento no que diz respeito a este assunto, exemplar, quando desde 1970 implantou-se o combate à raiva canina, com a formulação do programa de controle em convênio entre o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, coordenada em nosso Estado pelas Secretarias da Agricultura e da Saúde.

Foi considerada esta campanha uma das melhores que se tem conhecimento do País no que diz respeito ao controle da zoonose. Vacinou-se, durante um dia por ano todos os cães de casa em casa, evitando que o vírus da raiva atingisse a nossa população, pois todos sabemos que a raiva depois de instalada no organismo humano é fatal.

Qual a nossa surpresa, no entanto, quando verificamos que o Estado do Paraná não terá neste ano o combate à raiva canina; é bom reafirmar que à revelia da Secretaria da Agricultura porém, em concordância com o ministério da Saúde e Secretaria da Saúde. E quais os argumentos usados pelo Ministério da Saúde para paralisar a campanha de erradicação? É de que nossa situação está sob controle.

Mas o grave, aqui denunciamos, senhor presidente, senhores deputados, é que o vírus da raiva não está controlado no Estado do Paraná, e que o número de casos verificados em 82 é menor do que o número de casos verificados até agosto de 1983. De 589 amostras, em 82, foram verificados apenas 4 casos. E de 289 amostras em 83, foram verificados 6 casos. Isto demonstra, claramente, que o vírus da raiva está em expansão. Mas os tecnocratas do Ministério da Saúde e da Secretaria da Saúde assim não o entendem. O Paraná será o único Estado brasileiro que não terá campanha da raiva. E temos a situação de Santa Catarina, que teve um menor número de casos do que o Paraná e estará tendo a campanha da raiva.

O que não entendemos é a forma como está sendo feita. Aqui chamo a atenção do senhor Governador do Estado. Esta omissão do Ministério da Saúde não pode ser compactuada pela Secretaria de Saúde, porque um caso apenas de raiva venha a acontecer no Paraná, sem sombra de dúvidas, senhor governador, vossa excelência poderá ser culpado por omissão, e é o que não desejamos.

Portanto fica aqui o meu protesto e o meu apelo para que o Estado do Paraná procure a fundo as razões, e o porque do Ministério da Saúde desconsiderar o nosso Estado desta forma; e também procurar alternativas, para que consigamos ter o controle da raiva canina sedimentado, porque se temos o controle, não temos a erradicação.

Fica portanto, senhores deputados, este apelo, para que não nos dobremos a esta imposição do Ministério da Saúde, em que trata o Estado do Paraná como uma ilha dentro deste Estado brasileiro. Muito obrigado (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no pequeno Expediente, senhor deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - senhor presidente, senhores deputados. Com a proximidade da temporada de praias, é mister, é necessário que o Governo do Estado através dos seus órgãos, das suas secretarias, inicie a "operação praia," todos os anos, nos três ou quatro últimos meses de cada ano, a fim de que nos primeiros meses do ano subsequente, as praias sejam assistidas pelo Governador do Estado no que diz respeito a várias melhorias.

No momento o que é mais grave, o que é mais importante, é a restauração do asfalto no trecho Matinhos/Caiobá, a chamada estrada das praias, que necessita de reparos urgentes.

Recentemente, lá estivemos e constatamos que é lastimável o estado em que se encontra aquela estrada. Portanto eu

pretendo endereçar nos próximos instantes, um requerimento ao senhor secretário dos Transportes e também secretário do Planejamento, para que os dois senhores secretários Deni Schwartz e Belmiro Valverde, possam debelar com o problema operação praia.

Também no trecho Matinhos/Caiobá, o calçadão que foi feito pela EMOPAR em governos anteriores, necessita de reparos urgentes, em função do mar que o tem açoitado violentamente aquele trecho e ter derrubado parte daquele calçadão.

Acredito, senhor presidente, senhores deputados, que sem o auxílio do Governo do Estado, os municípios carentes de nosso litoral, notadamente Matinhos e Guaratuba, não terão condições de sobrevivência, porque o que eles arrecadam é uma insignificância e vamos convir, todos os anos, os governos, quer sejam Prefeitos do PMDB ou da ARENA ou atualmente do PMDB ou PDS, os governos têm atendido nas operações praias. Em Guaratuba um outro problema que se agrava é a situação em que se encontra a Avenida 29 de Abril. Essa avenida senhores deputados, é a principal que atravessa toda a cidade de Guaratuba, ela inicia no Ferry Boat e termina na saída de Guaratuba, em demanda a Garuva. Por ali trafegam caminhões pesados, caminhões carregados com mercadorias que vão do nosso Estado ao Estado de Santa Catarina. É uma passagem forçada, portanto, para caminhões pesados que trafegam por aquela avenida e não existe nenhuma obrigação do Prefeito de Guaratuba de restaurá-la; porque quem estraga aquela avenida são os caminhões que cruzam a cidade, de estado a estado.

Portanto, nada mais justo, nada mais oportuno que o senhor Governador José Richa, determine ao senhor secretário dos Transportes, Deni Schwartz e também Belmiro Valverde, para que as duas Secretarias em conjunto e o mesmo com a EMOPAR, que deverá ser notificada para que o calçadão seja restaurado, o calçadão de Matinhos/Caiobá, possa ser feito a curto espaço de tempo, sob a pena de entrarmos num colapso nos meses de janeiro a fevereiro, quando a temporada de praia iniciar.

Não é nosso objetivo fazer polêmica com quer que seja, mas será em proporções desastrosas se os senhores Secretários de Estado não entenderem que o nosso apelo é apolítico, porque se eles não tomarem essa providência, muito menos os senhores Prefeitos terão condições de tomá-la. A situação na qual se encontram aqueles municípios é caótica e vou mais além; que usufrui das praias nas temporadas não são os moradores de Matinhos e Guaratuba; são os milhares de paranaenses que lá buscam tranquilidade na temporada de verão; são paranaenses de todos os recantos do nosso Estado, portanto, é obrigação do Estado reparar as estradas e dar as mínimas condições de conforto aos banhistas que para lá se dirigem em janeiro e fevereiro de cada ano.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.  
(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no pequeno Expediente, senhor deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - senhor presidente, senhores deputados. Estamos propondo nesta Casa um requerimento que vai com certeza mexer com uma das maiores empresas do Paraná, quíça do Brasil. (Lê):

"Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, bem como a outros órgãos federais e estaduais, relacionados ao presente assunto, solicitando providências urgentes para que seja impedido o desmatamento de área de reserva florestal, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, situada no Município de Tuneiras do Oeste mais precisamente nas Glebas Ribeirão Concórdia e Saquarema.

Sala das Sessões em 13 de setembro de 1983.

#### JUSTIFICATIVA:

Recebi Ofício da Câmara Municipal de Tapejara, denunciando o desmatamento feito na maior reserva nativa do Estado, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, especificamente na região de Tapejara e Tuneiras do Oeste, dentro das Glebas Ribeirão Concórdia e Saquarema.

É a única reserva florestal nativa agrupada existente em todo o Noroeste paranaense, onde existem ainda exemplares raros de nossa fauna e flora que já se encontram em vias de extinção, por não ter mais "habitat" natural para o seu desenvolvimento e procriação.

O desmatamento dessa reserva florestal, violentando a fauna e flora, ainda existentes naquela região, consiste num crime de depredação do meio ambiente, que deve merecer por parte das autoridades constituídas providências urgentes para evitar esse crime contra a natureza.

Já é do domínio público que no Município de Jussara, à margem esquerda do Rio Ivaí, a própria Companhia Melhoramentos derrubou extensa reserva florestal, para instalar ali uma usina de álcool. E, na época, já se ouviram os brados dos ecologistas, tentando demover essa firma poderosa, tida até como multinacional, de seus intentos, espoliando a natureza. Esses brados, senhor presidente, senhores deputados, não foram ouvidos pelo poder público. A mata virgem foi devastada e dizimada e, em nome de um falso progresso, de interesses econômicos (isto sim!) dos donos das terras, instalou-se a usina de álcool. De nada adiantaram os protestos veementes dos que desejavam salvar a natureza, e com ela a fauna e a flora ali existentes.

Hoje, novo crime se comete contra essa mesma natureza. Levantam-se os brados das comunidades da região, pedindo a conservação da reserva florestal nativa. Paulatinamente, porém, a todo-poderosa Companhia está vendendo essa reserva para terceiros, ávida de mais alguns lucros, para quem muitíssimo já possui. Com fábrica de cimento, com usinas de álcool e de açúcar no Paraná e no Estado de São Paulo, com banco particular, e com muitas outras ramificações no mundo econômico, os donos da Companhia Melhoramentos tentam agora entregar à sanha de depredadores da natureza, rica e vasta reserva nativa da região de Tuneiras do Oeste e de Tapejara.

Será, meus senhores deputados, senhor presidente, que a avidez do lucro e da riqueza de quem muito já tem, cega a visão de pessoas que no passado construíram com dignidade o Norte do Paraná? Por que não doar essa reserva ao patrimônio público, conforme estabelece o art. 39, da Lei Federal nº 4.771, de 15/9/65?

O governo do Estado lança uma campanha de preservação do solo, mobilizando imprensa escrita, falada e televisionada. Nas escolas ensina-se a conservação do meio ambiente e campanhas são encetadas nesse sentido. Até as comunidades religiosas, nas igrejas e praças, tentam conscientizar seus adeptos e fiéis para a gravidade da questão do mal aproveitamento do solo, do desmatamento. A televisão mostra a miséria e a fome do Nordeste, consequência funesta da falta de previsão no passado, com relação à conservação do solo daquela região (uma das mais férteis do País), e da falta de chuvas, ocasionada pela falta de reservas florestais.

Esperamos que o nosso apelo seja atendido: evitem o desmatamento. Tenho comigo que à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pelo desbravamento do passado, existe um espaço a ela reservado na história do Paraná e do Brasil, e que esse espaço deverá ser preenchido por fatos heróicos. O que temo é que, por causa do vil metal, pelo desmatamento agora denunciado, acabe sobrando a essa Companhia um espaço negro na futura história paranaense e brasileira." Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - senhor presidente, senhores deputa-

dos. Assumo a tribuna na tarde de hoje para encaminhar à mesa o seguinte: (Lê)

“Projeto de Lei nº 135/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SET-, com a finalidade de coordenar, promover e incentivar o turismo no Estado do Paraná.

§ único - Caberá à S.E.T., no cumprimento de suas finalidades:

I- Planificação e execução da política de turismo do Estado do Paraná.

II- Programação de eventos e coordenação de sua realização;

III- Providenciar a planificação de campanhas que divulguem, no Brasil e no Exterior, as belezas naturais do Estado.

IV- Manter entendimentos com a indústria hoteleira do Paraná de demais estados da federação, visando a otimização de seu aproveitamento no desenvolvimento do turismo interno;

V- Outras atividades específicas da área de sua atuação.

Art. 2º - Fica criado o cargo em comissão, da Secretaria de Estado de Turismo, símbolo DAS-1.

Art. 3º - A Empresa Paranaense de Turismo - Paranatur-, criada pela Lei nº 5.948, de 27 de maio de 1.969, mantida a sua atual estrutura, passará a ser vinculada à Secretaria de Estado de Turismo.

Art. 4º - Fica extinto o Conselho Paranaense de Turismo e, conseqüentemente, o mandato de seus membros.

Art. 5º - O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa dias) da publicação desta Lei, regulamentará através Decreto, o funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo.

Art. 6º - Até que seja criado o quadro próprio de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo, o Poder Executivo fica autorizado a remanejar o pessoal necessário ao seu funcionamento.

Art. 7º - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

JUSTIFICATIVA

O motivo que nos leva a criar a Secretaria de Estado de Turismo é por vermos necessidade em expandir o mercado turístico do Estado do Paraná.

Há vários anos a Empresa Paranaense de Turismo - Paranatur, vem desempenhando este papel, em dinamizar o turismo paranaense, mas entendemos que se criada uma Secretaria de Estado, tal qual outras da Federação, poderemos mais facilmente divulgar e promover o turismo no Paraná com isso nossa cultura, as tradições e folclore.

Nosso Estado é um dos que possui maiores belezas no País e não podemos ficar à mercê de apenas um pequeno órgão como divulgador desse potencial. Somos reconhecidos nacionalmente pelos traços naturais que o nosso Estado é cortado; das cidades históricas no sul; pelas belezas de nossas praias; como as cataratas do Iguaçu, uma das dádivas que a natureza nos entregou, além de outras como Vila Velha.

O Paraná precisa, e o mais breve possível, voltar a ser um Estado de turismo, e só conseguirá reativar sua economia turística, se nos empenharmos e dermos condições para que aqui se tenha conforto e eficiência nos serviços ligados ao ramo.

Exatamente agora, quando a Embratur vem divulgando o Brasil para os brasileiros e principalmente no exterior, temos que estar preparados para receber os turistas que sem dúvida virão conhecer e se encantar com a beleza natural que nosso Estado é possuído. A Secretaria de Estado de Turismo virá facilitar um melhor entrosamento entre as empresas de turismo do País e do exterior, para a divulgação de nosso potencial turístico.

Teremos assim um reconhecimento maior no cenário nacional e internacional, e com isto sem dúvida as divisas tenderão a crescer.

O Turismo no Paraná deve ser explorado, mas de maneira organizada, consciente e acima de tudo satisfazendo os turistas que aqui nos visitarem; o que poderá ser feito pela Secretaria de Turismo, que descentralizará por todo o Paraná os nossos mais bonitos recantos de visita.

O Paraná é um Estado bonito, agradável de ser visitado, nós que o conhecemos, temos o dever, de paranaenses que o conhecemos, de divulgá-lo para todos e se assim o fizermos, estaremos dando mais empregos aos homens desta terra; a rede hoteleira se expandirá; o transporte aéreo e viário crescerão.

O Paraná é um Estado viável turisticamente; com a Secretaria de Turismo, reativaremos o potencial, o que será sem dúvida um grande passo para deixarmos o Paraná no lugar onde sempre deveria estar no cenário turístico, como sendo um dos lugares mais bonitos do País.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana passada, comemoramos o 161º aniversário da Independência do Brasil.

Não sei se o momento era de comemorarmos efetivamente, pela situação que vive o Brasil como uma Nação caminhando celeremente para um estado de total dependência no campo econômico, inclusive no campo político; não sei se o dia 07 de setembro deveria ser uma data para comemorarmos com grande efusão, ou se deveríamos aproveitar esse espaço de tempo para analisar sobre a realidade brasileira, discutir o grau de dependência em que vive a nossa terra.

Não sei se nessa oportunidade seria o momento adequado para que nós nos conscientizássemos da luta que temos pela frente para trazer a este País, a esta Nação, a possibilidade de se afirmar, efetivamente, em todos os campos do conhecimento e do pensamento humanos como uma Nação verdadeiramente independente, dentro da interdependência que deve haver entre as nações.

Todos nós, conseqüentemente, devemos ter tido, nesses dias, momentos de elevada amargura, inclusive; e eu me refiro àqueles que estão conscientes da situação em que vive este País e do processo de dependência que estamos nos encaminhando.

Mas se amargura pode haver, há muitos brasileiros, pela situação em que vive o Brasil, há também momentos de grande alegria quando nós deparamos na imprensa com artigos como o que foi publicado na “Gazeta do Povo”, no dia 07 de setembro.

Eu leio, senhor presidente:

“Nesta semana o povo brasileiro é conclamado a comemorar a Independência. Hasteando a bandeira e entoando o hino. Mesmo diante da crise que o país vive hoje, de presente e futuro comprometidos, o que nos leva a questionar a validade de tal conclamação e principalmente a disposição dos brasileiros para comemorar uma independência que, na realidade, inexistente.

Conta a História os diversos motivos que favoreceram o grito do Ipiranga. O Tratado de Comércio e Navegação assinado entre Portugal e Inglaterra em 1810 — decorrente do alto grau de endividamento de nossa metrópole com a então Rainha dos Mares — estabeleceu uma taxa especial para importação de mercadorias inglesas, menor do que a exigida para as mercadorias portuguesas, e criou ainda tribunais ingleses para julgar as causas que envolvessem os súditos britânicos. Sob a máscara de uma baixa momentânea no custo de vida brasileiro, a negociação comprometeu nosso progresso econômico desestimulando a instalação de fábricas nacionais e vinculando, por muito tempo, a economia brasileira à inglesa, como é sabido.



Nação independente pressupõe povo livre. Livre para pensar e se expressar, para escolher com seu voto de confiança e participação seus governantes e para viver as leis elaboradas por seus representantes legitimamente eleitos. Somente um povo digno e respeitado em seus mais fundamentais direitos — educação, saúde, moradia, segurança, trabalho — é livre para desfrutar da justiça social. Sem o abuso de um regime autoritário, de um Congresso Nacional desprestigiado e de uma Constituição remendada por leis de exceção, como as de Segurança Nacional, Greve, Imprensa e Estrangeiros. Sem a violência da fome, da miséria, do analfabetismo, do desemprego e do subemprego.

Nação independente é, sobretudo, soberana. Dona de sua política econômica e de um modelo verdadeiramente nacionalista, que garanta ao seu povo as mínimas condições para sua sobrevivência. No entanto, o entreguismo hoje está institucionalizado em nosso país, onde operam sem restrições as empresas multinacionais, levando nossas riquezas naturais e o melhor de nossa produção, tomando de assalto o mercado de consumo e descaracterizando por completo nossa cultura.

O Brasil apresenta uma forte economia industrial cuja direção se encontra em mãos estrangeiras, que controlam todos os setores, com uma legislação liberal e fácil de burlar. As concessões e os contratos de risco acabaram com o monopólio estatal do petróleo e de exploração dos minérios. O empresariado nacional está falido e a classe trabalhadora sufocada pela política dolarizada de crescente e impagável endividamento externo, que acaba de atrelar o país aos bancos estrangeiros. O FMI - Fundo Monetário Internacional hoje decide por nós, aviltando nossa dignidade ao exigir o fim dos subsídios agrícolas, o arrocho salarial, a recessão, e controle da natalidade e a não alegação do princípio de soberania nacional, em hipótese alguma. Com as bençãos do governo brasileiro, o centro das decisões acerca do Brasil não é mais o Brasil. Vivemos a moratória de fato, sem as vantagens da moratória de direito, neste processo de desnacionalização.

Já disse Ezequiel: "Enganaram meu povo dizendo paz, e tal paz não havia..." A propaganda oficial não tem prerrogativas para conclamar quem quer que seja a festejar. Se alguém deve festejar alguma coisa, que o façam os entreguistas, sem credibilidade perante toda a população revoltada e cansada de exploração. Homens e Nação estão subjugados e, não sendo o verdadeiro patriotismo cego e ufanista, é hora de emancipação. O sol da liberdade ainda não brilhou em nosso céu. Sinceramente, brasileiros, não há o que comemorar. Há muito o que fazer."

Mas o que mais me agrada nesse pronunciamento escrito no jornal "Gazeta do Povo", é que o autor deste artigo é um estudante de 2º grau o que nos leva a admitir que a mocidade paranaense e brasileira estão tomando consciência do elevado grau de dependência em que vive a Nação brasileira e tomando essa consciência haverão de dar, a este País, as condições de, num futuro próximo, alcançarmos efetivamente o grau de dependência desejado por toda a Nação brasileira.

A autora do artigo é a estudante Valéria Bassetti Prochmann.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Nos dias de hoje, em que a Justiça anda tão desacreditada, cabe a nós Parlamentares escolhidos pela vontade popular e, portanto, legítimos representantes dessa vontade, ter como

objetivo primordial, devolver-lhe todo o seu significado intrínseco, seja aquele de louvar os que agem de acordo com o direito ou de denunciar e punir todos os que agem incorretamente ou de má fé.

Infelizmente, mesmo nesta Casa, que deveria ser uma fortaleza na proteção e defesa de atividades em favor das causas justas do povo paranaense, aqui mesmo, muitas vezes tem sido proferidas acusações injustas contra elementos componentes da população de nosso Estado.

Imbuído do espírito de justiça que deve nortear todos os Parlamentares desta Casa, ao discursarem destas nobres tribunas, venho aqui hoje na imperativa necessidade de esclarecer os fatos que foram alvo das acusações inverídicas e maldosas, proferidas dias atrás por um deputado do PDS, o senhor Gilberto Rezende de Carvalho.

As acusações que todos tivemos a desagradável oportunidade de ouvir daquele deputado, e que nos causaram espécie, referem-se à expedição de Carteiras de Habilitação falsas pela Ciretran de Barbosa Ferraz, a qual é dirigida pelo senhor João Batista de Almeida (presidente do Diretório Municipal do PMDB e companheiro nosso).

O motivo de nosso descontentamento diante das palavras caluniosas do nobre Parlamentar do partido da Oposição, atenua-se em parte, por acreditarmos que o mesmo as proferiu com total desconhecimento de causa, já que acusações de tal gravidade não poderiam ter sido ditas com a consciência de estar procedendo de má fé.

Portanto, cumpre-nos esclarecer os fatos, trazer a verdade à tona e refutar as acusações. Apenas a título de esclarecimento e para que se tenha uma idéia do descontrole que reinava com relação ao fornecimento de material para as Carteiras de Habilitação, segundo a Divisão de Habilitação do Detran, durante o período compreendido de agosto a dezembro de 1982, o consumo oficial de material para carteiras, em todo o Estado, manteve-se entre 32.500 e 42.500 carteiras por mês, embora durante o mês das eleições tivesse alcançado 52.500 carteiras; enquanto isso, o fornecimento de material enviado às Ciretrans variou entre 62.500 a 70.000 unidades por mês, embora tivesse alcançado o índice de 82.500 no mês de novembro, quando num juízo lógico, o número de carteiras expedidas e o número de material destinado às carteiras deveriam ser idênticos.

Durante os meses de janeiro a julho de 1983, o número de carteiras expedidas baixou de 27.500 para 20.000 por mês e o fornecimento de material caiu vertiginosamente de 62.500 unidades para 27.500, comprovando a maior rigidez de controle exercido no fornecimento de material para as carteiras, que atualmente vincula a remessa do material ao número de exames de vista e teste psicotécnico.

Depois destes esclarecimentos a nível estadual, passamos ao caso específico de Barbosa Ferraz; a expedição de Carteiras de Habilitação na Ciretran de Barbosa Ferraz teve seu início em agosto de 1982, ainda segundo a Divisão de Habilitação do Detran, quando era chefe daquela Ciretran pessoa de confiança do antigo Governo e funcionário da Prefeitura; naquela época, o material destinado à confecção das Carteiras era entregue nas Ciretrans sem qualquer tipo de critério, nem fiscalização. Em setembro de 1982, aquela Ciretran expediu 325 Carteiras de Habilitação; em outubro este número passou para mais do dobro, ou seja 735 carteiras expedidas; em novembro, mês das eleições, o número de carteiras expedidas atingiu o alucinante índice de 901, vindo em dezembro a diminuir para 886 carteiras expedidas.

Durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, a Ciretran de Barbosa Ferraz manteve a média de 345 carteiras de habilitação expedidas por mês.

A nossa revolta com relação às caluniosas acusações deve-se ao fato de que o Sr. João Batista de Almeida atual chefe da Ciretran de Barbosa Ferraz, tomou posse em 02 de maio de



1983, tendo sido expedidas no mês de maio, 23 carteiras; no mês de junho, 180 e no mês de julho, 218, num total até ao momento de 341 carteiras expedidas, quase tantas quanto o antigo chefe daquela Ciretran, ligado ao Governo anterior, expediu no seu primeiro mês de mandato (325).

Foi por todas estas razões, que ao escutarmos as acusações inverídicas dirigidas contra a pessoa do chefe daquela Ciretran, pessoa honesta e digna do cargo que ocupa, não podemos deixar de sentir uma onda de revolta invadir-nos, cumprindo-nos, então, o dever de vir aqui publicamente expor a verdade. No entanto, e para que não restem dúvidas sobre a veracidade da denúncia, segundo carta por mim recebida do Excelentíssimo Senhor prefeito municipal de Barbosa Ferraz, Arnaldo Coneglian, a Executiva Municipal do PMDB daquela cidade, por decisão unânime de seus membros, decidiu pedir ao diretor do Detran a instauração de sindicância na citada Ciretran. Porém esta sindicância, além de abranger os 3 meses da atual administração, englobará a administração anterior, do senhor José Augusto Félix, do PDS. Se, devidamente, comprovados na sindicância atos de corrupção, que os culpados sejam punidos.

Que se faça justiça é o objetivo desta sindicância; nós que militamos num partido que sempre pregou a democracia e a moralidade, e que sempre combateu os desmandos e a corrupção, não poderíamos ficar passivos diante de tão grave denúncia.

Se o nobre deputado da Oposição tivesse procurado se informar um pouco melhor sobre a rigorosa fiscalização que está sendo exercida sobre o material destinado às carteiras expedidas pelas Ciretrans no Estado do Paraná, decerto teria chegado às conclusões que cheguei, e teria poupado esta Casa, de também ela ser palco de injustiças.

Peço ao senhor presidente que faça publicar no Diário da Assembléia, o Ofício Circular nº 12/83, do Diretor do Detran, que mostra, em gráficos, a expedição em números sempre crescentes, por ocasião do ano eleitoral, beneficiando os candidatos do Partido do Governo de então.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente.

(O referido Ofício acha-se publicado no final desta ata)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Senhor presidente, senhores deputados.

O Ministério Econômico do Presidente Figueiredo já não encontra suporte de espécie alguma. Não tem o suporte dos militares, não tem o suporte do PDS, não tem o suporte do PMDB, não encontra apoio na igreja, na sociedade civil e no povo, mas está aderente ao poder, não se sabe como e nem porque.

Soma-se a isso que, em recente entrevista com o deputado do PDT, Mário Juruna, teria o Presidente Figueiredo dito que o Ministro Delfim Netto o acompanhará até o último dia do seu governo.

Como a responsabilidade para os militares pelo que acontece na sua área de influência é a responsabilidade de comando, fica ao Presidente Figueiredo a sugestão: RENUNCIE junto com o Ministro Delfim Netto. E o competente Vice-Presidente Aureliano Chaves terá oportunidade de conduzir o processo que desembocará na eleição direta para Presidente da República e na Assembléia Nacional Constituinte.

Para discutir esses assuntos e a crise brasileira, o PMDB, sob a Presidência de Ulisses Guimarães, se reuniu em Porto Alegre, e é produto desta reunião, a Carta que passarei a ler:

“A sociedade brasileira vive dias de desespero: o desemprego aumenta, o salário diminui, a inflação assume proporções ineditas; os setores produtivos são arrasados pela recessão; a dívida

da interna e a dívida externa se agigantam de forma avassaladora; a dependência ao capital e aos interesses externos se acentua; a miséria avança sobre o povo.

O Governo Brasileiro perdeu a credibilidade; desativou a economia a pretexto de reanimá-la; desempregou trabalhadores a pretexto de manter o nível dos salários e rebaixou os salários a pretexto de manter os níveis de emprego. O resultado final se expressa na destruição de nosso parque industrial, no acelerado crescimento do desemprego e no aniquilamento do poder aquisitivo da população.

No esforço de manter-se, o regime ocorreu ao Fundo Monetário Internacional para renegociar dívidas ilegítimas e ilegais, acumuladas com investimentos irracionais e improdutos. Negociou, junto, nossa própria soberania, submetendo-se aos ditames de interesses externos, que excluem a formação de uma sociedade independente e democrática.

Sucedem-se as denúncias de corrupção, que retiram a sustentação moral do regime. Sem suporte político e sem vigor moral ele se revela num Governo ilegítimo.

O PMDB, herdeiro da luta do PMDB, nasceu com o compromisso básico de lutar pelo fim deste regime. Este é o alicerce que a todos une e a todos congrega: substituir o regime autoritário pela construção de uma democracia onde o povo soberanamente eleja caminhos, políticas, governantes e instituições.

Esta hora de estertores do regime — e para que o Brasil não sucumba com ele — é a hora de reafirmação pública e inequívoca do compromisso do PMDB com o novo, com a aurora, com a esperança e com o futuro — pois o que aí está se desagrega, rança e esclerosa!

## II — AS ALTERNATIVAS DO PMDB

O PMDB tem feito propostas concretas, oportunas e viáveis à Nação. Não ao Governo, que não quer ouvir nem discutir os problemas nacionais — mas a Nação que exige propostas e respostas urgentes, com mudanças imediatas.

O PMDB exige eleições diretas para a presidência da República, em 1984; exige eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1986; exige uma postura soberana diante da agiotagem internacional que determina o agravamento de uma dívida estipulada, sem compromisso nem consulta aos interesses da Nação.

Exige uma política que resgate a soberania nacional e restabeleça a todos os segmentos da sociedade os benefícios da retomada do desenvolvimento econômico, a devolução dos empregos e dos salários. Exige o PMDB, sobretudo, uma Nação restaurada para decidir soberanamente a respeito de seus interesses, e capaz de enfrentar as pressões externas e os desafios internos com coragem e dignidade.

O PMDB apresenta e representa as exigências de uma Nação inteira e trata de se assumir politicamente diante dela. Propõe alternativas salvadoras, democráticas, progressistas e patrióticas.

## III — O REGIME NÃO QUER DIÁLOGO

O regime e seu Governo, entretanto, surdos e cegos diante da sociedade, dela se isolam e por ela são contestados num isolamento que chega ao mau-humor e à truculência.

E foi assim, também, que reagiram às propostas do PMDB à Nação, na busca da solução política que arranque o País da recessão e da crise e encontre os caminhos da construção democrática.

Só aceitam adesões, jamais a discussão das coisas essenciais. Não se manifestam sensíveis a qualquer mudança; não estão dispostos a conversar sobre a transição para o novo porque são a própria encarnação do autoritarismo que ainda preside a maneira de governar e processo de decidir.

## IV – O COMPROMISSO DO PMDB

O resultado eleitoral de 15 de novembro, assegurou, ao PMDB legitimidade maior para responder pela Nação. Como Partido Nacional assumiu os compromissos inequívocos de seu programa."

E este PMDB, o PMDB da carta de Porto Alegre não deve ser confundido com um partido tático que se esboça no panorama político nacional, produto da filosofia "lumpem" de políticos sem compromisso com o voto, com o programa, e com o partido.

Pela tradição de sua luta conquistou espaços de poder. Chegou a Governos de Estados importantes da Federação, com o propósito de deles fazer alavancas seguras do avanço democrático. Afirmou o princípio da participação, contra a política de exclusão do regime; afirmou o princípio da organização popular, contra a política da desorganização perseguida pelo regime; afirmou o reconhecimento da instituição da sociedade civil, contra o descaso do regime a qualquer consulta.

"Está claro nesta carta nacional, que os princípios do oportunismo e da carona no processo sucessório expúrio, da eleição direta, não são os princípios do PMDB. O PMDB pelo que disse e pelo que representa", é o partido que pode salvar a Nação. E sobre ele recaí as expectativas do avanço da sociedade para o estabelecimento de uma ordem democrática e justa. A ação destruidora do regime foi longe demais. Ou reagimos agora, ou nos esmagam definitivamente. A Nação deve por-se de pé; levantar-se em defesa da soberania, da independência, da democracia, da liberdade e da justiça.

Fugir de lutar, agora que o Brasil está sendo destroçado, é ato de covardia que a História condenará. O PMDB conchama a sociedade brasileira a uma ampla e enérgica mobilização nacional para: 1) impor ao Congresso a rejeição dos Decretos nºs 2024 e 2045; 2) a denúncia dos contratos celebrados através do Fundo Monetário Internacional e conseqüentemente a declaração unilateral de moratória; 3) eleições diretas para Presidência da República e Assembléia Nacional Constituinte."

Transigir, propor dissidências na frente nacional, popular e democrática, é uma tarefa para pessoas que não têm o sentido do compromisso, da responsabilidade e o aval dos votos populares. O PMDB, os verdadeiros peemedebistas comprometidos com a Nação e com o programa partidário, não irão conciliar com o regime. "Queremos, isto sim, um Governo que concilie com a Nação".

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor presidente, senhores deputados.

A Liderança do meu Partido incumbiu-me de responder a um pronunciamento do deputado Ivan Gubert, feito nesta Casa, no dia 1º de setembro, relativo a uma aquisição de um conjunto de carteiras pela atual administração da Fundepar.

Recebi de Sua Excelência, o senhor deputado Ivan Gubert, uma cópia do seu pronunciamento e não vou, evidentemente, discutir os assuntos relativos à CPI da Corrupção, já que nessa CPI ou essa CPI é o fórum adequado para analisarmos e respondermos o que Sua Excelência disse no seu pronunciamento.

Quero apenas ater-me à acusação de Sua Excelência à atual administração da Fundepar. Sua Excelência diz que a atual administração está avançando contra o dinheiro do contribuinte, na mais descarada corrupção de costumes. Quero repudiar essa afirmação de Sua Excelência e ao repudiar eu quero me reportar à parte final do seu pronunciamento, à compra de mais de 100 milhões de Sua Excelência, de cruzeiros em carteiras

escolares de uma só firma, firma essa concordatária, logo, sem idoneidade financeira para sequer participar de concorrências, quanto mais para garantir o Estado em eventuais prejuízos que venha a causar. E exibe um documento. E é sobre isso que eu, pretendo usar a tribuna neste pouco tempo que me foi dado pela Liderança. Os fatos, senhor presidente, senhores deputados: em 22 de junho de 1983, o Chefe do Departamento de Material da Fundepar, dirigiu expediente interno à Diretoria solicitando fosse autorizada a compra com dispensa de licitação, em razão de justificada urgência de sessenta mil conjuntos de carteiras, sessenta mil, modelo empilhável para equipar salas de aula, repor outras gastas pelo uso e substituir iguais móveis danificados pelas primeiras enchentes que assolaram o nosso Estado.

No processo cuja cópia aqui tenho em mãos, estão naturalmente os Decretos de Sua Excelência o senhor Governador do Estado declarando cento e trinta e oito municípios do nosso Estado em reconhecida situação de emergência. As enchentes atingiram também as escolas.

A Assessoria Jurídica da Fundepar deu parecer favorável à compra sem licitação. A Superintendente da Fundepar ao despachar, no entanto, determinou que se fizesse uma separação quanto ao número de carteiras a serem adquiridas, aquelas que se destinavam especificamente às escolas atingidas pelas enchentes, das outras que necessitavam ser colocadas em estoque no Almoxarifado para repor esse estoque a fim de atender a normal demanda do ensino para carteiras novas.

E a Assessoria Técnica do departamento competente da Fundepar deferiu que para as escolas, caracterizadas ou atingidas pelas enchentes, doze mil carteiras eram necessárias a curto prazo.

Portanto, e aqui está o despacho da Superintendência da Fundepar, que diz claramente: "Autorizo a compra de doze mil carteiras com dispensa de licitação, com fundamento na letra H, do §2º, do artigo 126, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, adotando para tanto as mesmas razões contidas no Memorando Interno da Repartição.

Determino, outrossim, que o remanescente das carteiras necessárias para os fins declarados sejam adquiridas mediante licitação.

Pois bem, senhor presidente. O fato da firma ser concordatária não impede que ela continue suas atividades normais e participe de qualquer proposta de venda de mercadorias que fabrique.

A acusação de que havia um estoque e grande de carteiras não procede. Aqui estão os estoques. Havia um consumo como há um consumo de quatro mil carteiras por mês, neste ano de 1983, e em junho o estoque era de 4.794 carteiras. Eu poderia detalhar estoque no período eleitoral para mostrar que havia, evidentemente maior número de carteiras naquela época.

Mas, senhor presidente, devo dizer que, inclusive, a Fundepar estava impedida de fazer licitação anterior porque havia um mandado de segurança contra uma licitação anterior da Fundepar, e que impedia, inclusive que a Fundepar abrisse licitações enquanto esse mandado de segurança não tivesse sido resolvido em definitivo, muito embora a liminar tenha sido concedida.

E este mandado de segurança foi decidido no dia 1º de julho deste ano, depois de serem tomadas as providências para a aquisição de doze mil carteiras.

Eu concluiria, senhor presidente, para dizer que, a ausência de licitação não é uma novidade na Fundepar. Está em minhas mãos e eu penso ainda em encaminhar para a CPI da corrupção, um processo de 1981, em que foram autorizadas licitações para proceder aquisição com dispensa de licitação de dez mil carteiras escolares.

Aqui está o processo alegando a necessidade urgente de adquirir carteiras para dar continuidade ao sistema de ensino no Estado.

Ora, quando é que licitações para aquisição de carteiras não são estabelecidas para dar continuidade ao sistema estadual de ensino? Isto é o normal. No entanto, aqui foi pedido a ausência de licitação numa situação de normalidade e isto foi despachado, inclusive pelo deputado Ivan Gubert para adquirir essas carteiras sem licitação, dentro de uma normalidade, tendo em vista informações de folhas, os presentes têm condições de aprovação, cumpridas as formalidades legais, em três de abril de 1981, e autorizamos no dia três de abril do mesmo ano, pelo superintendente Guilherme Lacerda Braga Sobrinho.

Apenas esclareço, para maior gravidade do assunto, que essas carteiras foram autorizadas, adquiridas de uma firma de São Paulo e, conseqüentemente, criando mais um prejuízo para o Paraná, já que nesses casos, o Imposto de Circulação de Mercadorias é recolhido no Estado de origem da própria mercadoria, como aliás tem sido "praxe" na última administração da Fundepar, porque nós temos conhecimento de muitas concorrências vencidas por firmas de outros Estados em detrimento das firmas paranaenses.

Em conclusão, senhor presidente, não houve o que deu a entender o deputado Ivan Gubert da tribuna desta Casa, não houve nenhuma corrupção, não houve também prejuízos aos cofres estaduais porque, inclusive a firma concordatária que recebeu o pedido da Fundepar já fez a entrega dentro dos prazos estabelecidos, de trinta a quarenta e cinco dias de todas as doze mil carteiras, conforme eu tenho os comprovantes da entrega total, sendo que a última, nos primeiros dias deste mês de setembro.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, senhor deputado Ivan Gubert, pedindo escusas pela pressa em que quis apresentar isto já que o tempo é bastante escasso, e eu não podia deixar de ouvir o aparte do deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT — Eu agradeço, nobre deputado. Só para esclarecimento, inicialmente, nobre deputado diz o Decreto que permite a compra sem licitação que será permitida, nos casos de emergência, caracterizada urgência de atendimento de licitação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, bens ou equipamentos.

Logo, neste caso, não era pela emergência a saída legal que deveria ter sido tomada. Em segundo lugar, a Lei Federal que acompanha o Decreto-Lei nº 200, mais especificamente a Lei nº 6946 afirma no seu artigo 4º, o seguinte: "Na habilitação, as licitações exigirão-se dos interessados exclusivamente prova relativa: 1, 2, 3 idoneidade financeira o que a empresa não tinha..."

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu discordo de Vossa Excelência, a firma ser concordatária e ter idoneidade financeira.

O SR. IVAN GUBERT — Nobre deputado, me desculpe, o senhor...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Pelo contrário, eu acredito que deveria ser norma da administração estadual favorecer com pedidos as empresas paranaenses concordatárias.

O SR. IVAN GUBERT — Deveria, mas, lamentavelmente não é deputado...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — De modo que não é o que Vossa Excelência diz...

O SR. IVAN GUBERT — Idoneidade financeira não é exatamente isso...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu agradeço a Vossa Excelência. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

Concedo a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, ao senhor deputado Sérgio Spada, por dez minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor presidente, senhores deputados.

Trezentos e cinquenta dias se passaram e o jornalista Juvenício Mazzarollo continua preso condenado com base na Lei de Segurança Nacional. (Lê):

"Estamos vivendo nas áreas de Segurança Nacional; uma das tantas farsas a que a Nação é compelida a presenciar, quase que diariamente, entre humilhada e revoltada.

Como é do conhecimento dos senhores parlamentares, possui o Paraná onze municípios nos quais a população foi tolhida do direito de escolher seu prefeito, apesar de serem cidadãos que como quaisquer outros, trabalham diuturnamente para o progresso de sua região, pagam regularmente seus impostos, e, contribuem efetivamente para o desenvolvimento do País.

Ou, mais exatamente, as cidades de Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, e São Miguel do Iguaçu, possuem hoje interventores, alguns há quase vinte anos no cargo.

Esta situação é absolutamente intolerável! É uma afronta à cidadania, e aos mais elementares direitos políticos!

Senhores deputados.

O conceito de municípios de área de Segurança Nacional é totalmente esdrúxulo, completamente indefensável, por alguém dotado dos princípios básicos do raciocínio. Senão vejamos:

Em primeiro lugar tenta-se passar um atestado de incapacidade política à estas populações, ou então, transformá-las em perigosas ameaças à "Segurança Nacional", necessitadas portanto da tutela federal, sob risco de alçarem à condição de prefeito municipal alguém que iria "conspirar" contra a segurança do País. Realmente seria cômico, se não fosse trágico, imaginar a "grave ameaça" que poderia constituir-se ao País o prefeito de Barracão, por exemplo.

Até mesmo cidades do porte de São Paulo e Rio de Janeiro, detentoras de 1/4 do PNB, podem ter prefeitos oposicionistas, ainda que indicados, sem que a "Segurança Nacional" sinta-se ameaçada, enquanto que Guaíra é obrigada a suportar um interventor há quase duas décadas.

Ora, senhores deputados:

Hoje o povo paranaense, inclusive os residentes em municípios ditos de Segurança Nacional, conquistou o direito de eleger seu governador. Por que não poderá então eleger o prefeito?

Mas, o casuísmo vai ainda mais longe. Quando, em 1981, começou a vislumbrar-se a possibilidade de oposicionistas ascenderem aos governos estaduais — e até então quem nomeava e exonerava tais interventores eram os governadores, — resolveu o Presidente da República ampliar ainda mais seus poderes, outorgando à si próprio, através de um Decreto-Lei, de constitucionalidade altamente questionada, o direito de nomear seus prepostos, utilizando-se da figura do prefeito pró-têmpore, numa clara violação dos princípios federativos.

O Conselho de Segurança Nacional pode rejeitar a lista enviada pelo Governador, como o fez recentemente com as listas enviadas pelo Governador Brizola, referentes ao Município de Angra dos Reis, e indicar um prefeito dito pró-têmpore, até que o Governador envie nova relação de nomes, sem que exista dispositivo algum que regule a duração deste período, de forma que este sujeito poderá apropriar-se do cargo de prefeito, por um mês, um ano ou vinte anos.

Particularmente em Foz do Iguaçu, onde o Coronel Clóvis, que ocupa o posto há nove anos, e transformou nossa cidade num verdadeiro quintal de Itaipu, deixando-a totalmente

abandonada, individualizada, e ainda legando todos os problemas sociais, gerados por esta obra faraônica, vai deixar o cargo e voltar para sua cidade, Curitiba, nos vimos forçados a tomar algumas providências:

Tendo em vista, o temor da nossa comunidade, que repele o continuísmo, a corrupção, o descaso administrativo, e que, a espúria legislação que rege a substituição destes interventores, manda que o Governador elabore uma lista tríplice à aprovação do Conselho de Segurança Nacional, para a escolha de um nome, o PMDB de Foz do Iguaçu, procurou na comunidade iguaçuense, nomes de pessoas capazes, honestas, e em condições de momentaneamente, administrar o município, e empunhar a bandeira tradicional do nosso partido, por eleições diretas.

Estamos portanto, apenas cumprindo as formalidades desta famigerada legislação, que não dá competência, nem ao Governador e nem ao Presidente da República, de isoladamente substituir esses interventores, e ainda, atendendo à uma cobrança emergencial da nossa comunidade.

Mas, nos reservamos o direito de continuarmos firmemente na oposição, se ocupar o cargo na figura de pró-tém-pore qual-quer indivíduo imposto através de manobras pedessistas.

Sabemos que, não faltam ainda, filhos do arbítrio, pretendentes à pretendentes, que ao menor vislumbre de uma chance de utilizarem-se de toda esta torpe legislação para promoção pessoal, passam, provavelmente movidos pelo exemplo superior — onde pululam Mallufs e Andreazzas — a se considerarem prefeituráveis, forjando apoios inexistentes, buscando alianças em setores que nada tem a ver com a nossa comunidade, visando iludir e confundir a opinião pública.

Senhores deputados.

Oportunistas e aproveitadores como estes nunca faltaram, mas, brevemente retornarão às suas origens, quais sejam, a lata de lixo da História.

Aliás, o povo de Foz do Iguaçu, bem como o da grande maioria dos municípios sob intervenção, já se pronunciaram de maneira contundente nas últimas eleições, consagrando a vitória oposicionista, particularmente do PMDB, tanto para as Câmaras Municipais como para deputados e para o Governo do Estado.

Como se poderá então impor à estes milhares e milhares de paranaenses que aceitem pacificamente a indicação de alguém oriundo das hostes situacionistas, em especial do PDS, se este Partido foi fragorosamente derrotado na última eleição?

É justamente para esta força, a força de um povo que está consciente e reivindica seus direitos, que alguns pretendentes à pretendentes precisariam prestar mais atenção, pois este povo tem dado seguida e inequivocamente demonstrações de que a única fórmula que aceitam são as eleições diretas:

É exatamente devido à tudo isto, senhor presidente, senhores deputados, que neste momento somamos nossas vozes e nossas forças ao nosso representante no Senado Federal, Senador Álvaro Dias, que recentemente apresentou naquela Casa, Projeto de Lei que se aprovado restituirá à todos os municípios paranaenses a autonomia política, projeto este, que deverá ser merecedor do apoio de toda a sociedade paranaense, de todos aqueles que independentemente de suas cores partidárias, aceitam as regras do jogo democrático.

Para conduzir, senhor presidente e senhores deputados, o que o povo exige é seriedade, respeito e decência. Todos precisam converger-se de que já passou o tempo em que meia dúzia de iluminados e todo-poderosos reunidos entre quatro paredes, decidiam, pretensamente em nome da população.

O povo quer participar das decisões que lhe dizem respeito, e não mais admite que alguns, usando de subterfúgios legais, se aproveitem e se locupletem com a coisa e os cargos públicos."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por dez minutos, o eminente deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, o senhor deputado Erondy Silvério, por dez minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, nobres deputados.

Encaminhamos hoje, dois requerimentos, à apreciação da Casa.

O primeiro é um apelo ao presidente da Telepar, reiterando um apelo, porque com esta gente é só fazendo apelo mesmo, tecnocrata ou atende apelo ou deixa de atender, no sentido de que as contas telefônicas passem a vencer após o dia 05, do dia 05 ao dia 10 ou 15 de cada mês, não como faz hoje a Telepar, que o vencimento é a partir do dia 25, quando ninguém tem dinheiro e já no dia 26 tem dez por cento de juro.

Estamos encaminhando este requerimento, fazendo um apelo.

Outro requerimento, é um pedido de informações que nós apelamos ao nobre Líder do PMDB, no sentido de sua acolhida, é um pedido de informações à Secretaria de Educação, porque existe uma escola, que é o Grupo Manoel Silveira D'Elboux, ali no Hugo Lange, que há um convênio entre aquele grupo escolar e o proprietário do imóvel, convênio este que segundo consta não foi renovado e que ao final deste ano, milhares de crianças daquele bairro ficarão sem escola, porque, é o único estabelecimento de ensino que existe lá no bairro do Hugo Lange.

O nosso requerimento é no sentido de que a senhora Secretária de Educação informe a este Poder, se realmente são verdadeiras as alegações que nos chegaram ao conhecimento através de pais de alunos daquele estabelecimento.

Em 3º lugar, senhor presidente, nobres deputados, apenas para não deixar transitar em julgado, uma notícia que o jornal "O Estado do Paraná" publicou hoje na sua página política.

Notícia essa que segundo me informaram foi levada pela senhora jornalista que representa aquele órgão da imprensa nesta Casa.

A notícia de que nós requeremos ontem a suspensão dos trabalhos, porque temíamos o discurso que o nobre deputado Requião faria na tarde de hoje criticando a política do Governo Federal e do Presidente Figueiredo.

Então, dois reparos. O primeiro que o nosso requerimento visou homenagear, seguindo praxe e tradição desta Casa, um ex-membro deste Poder, falecido na data de ontem. Fomos contestados no requerimento por um nobre deputado, dizendo que a maior homenagem que faríamos ao extinto seria o trabalho, com o qual a Casa não concordou, cujas alegações a Casa não aceitou, embora sabendo que nós tivemos um recesso na Semana da Pátria.

A Casa não aceitou, porque a morte não tem dia marcado, quer dizer, o ex-deputado Pedro Mariutti não pediu para morrer ontem, logo após um recesso.

Ele morreu, porque são os desígnios de Deus que assim o quiseram. Daí a razão do nosso requerimento homenageando um ex-membro deste Poder, um deputado humilde, mas um deputado que efetivamente cumpriu com o seu dever, com a sua obrigação para com o povo do Paraná.

Jamais tivemos outro objetivo senão esse, mesmo porque o deputado Roberto Requião fez um pronunciamento, não caiu o Governo Federal, a Casa não fechou.

Não há razão para este temor da nobre jornalista do "O Estado do Paraná".

Foi um pronunciamento corriqueiro de homem da Oposição ao Governo Federal, como ele fará daqui lá alguns meses talvez, o mesmo discurso, porque é um deputado autêntico, com relação ao Governo do Estado. Porque, o PMDB tem que tentar ajudar não só a Nação, mas o Estado do Paraná, o que até hoje não fez.

Esperamos que não tarde muito os trabalhos de salvamento, ou de salvação, melhor dizendo, preconizado pelo nobre deputado Roberto Requião, para a Nação, esperamos também, não se faça demorar aqui no Estado do Paraná.

Também, não temos razão alguma para defender o Presidente Figueiredo, porque, o nosso Partido PDS, através da sua bancada não servirá jamais de biombo, à negociatas que se fazem hoje na esfera do Governo Federal. Todos nós estamos criticando o Presidente da Nação, por não ter dado uma resposta cabal à sociedade brasileira das acusações frontais e nominais que o jornal "O Estado de São Paulo", o maior jornal da América Latina, faz especificamente aos Ministros da área econômica e de um cidadão conhecido com o nome de Pécora.

Em qualquer outro país, ele seria imediatamente afastado enquanto durassem as diligências no sentido de provar ou não as veridades da denúncia. Porque, ou quem denuncia, calunia e tem que pagar pelo seu crime, ou então, são verdadeiras as acusações e o lugar desses Ministros é exatamente atrás das grades e não atrás de uma mesa de Ministério.

Então, quero deixar bem claro à nobre jornalista do "O Estado do Paraná", a nossa bancada não servirá de biombo. nunca serviu e nunca servirá.

Estamos com o Governo Federal naquelas obras que visam acelerar o processo de desenvolvimento do País. Sempre demos cobertura ao Governo do Estado, ao Governo anterior que era do nosso partido e, às vezes defendendo, aqui no plenário, o Governo Federal quando ele foi injustamente atacado nesta Casa.

Com relação a estas acusações nós fizemos coro a toda Nação brasileira e ao pronunciamento do nobre deputado Roberto Requião que eu ouço com prazer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Simplemente, deputado para deixar registrada a minha satisfação ao verificar que realmente cada vez mais partidos políticos, políticos e o conjunto da Nação brasileira se recusam a acobertar a fraude sem precedentes que se está impondo ao País através do Presidente Figueiredo que é o responsável pela República.

O acordo com o FMI, nos retira da maneira mais absoluta a independência. Existe um dispositivo que faz com que este acordo seja julgado em tribunais dos Estados Unidos. E um dispositivo específico que em caso de dúvidas, os peritos serão um do Brasil, um do FMI e o 3º perito indicado pela Ordem dos Advogados de Nova York.

Realmente, acho que está na hora do Presidente Figueiredo renunciar. Se o objetivo dele é a desnacionalização absoluta da economia brasileira, está na hora de renunciar acompanhando Delfim Netto para outros caminhos que não sejam os caminhos do obstáculo à independência da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço e não chegaria a tanto de pedir a renúncia do Presidente da Nação, mas concordo quando Vossa Excelência diz que nós, nós não, os Ministros da área econômica abriram mão da soberania nacional naquele acordo com o FMI e não aceitamos as alegações do Ministro Delfim Netto, quando ele diz que foi apenas um ajuste entre as entidades financeiras; o Tesouro Nacional é a própria Nação nessas negociações.

E nós abrimos mão do fôro nacional para dirimir dúvidas com relação a nossa dívida externa é realmente abrir mão da soberania brasileira, concordo em gênero, número e grau com Vossa Excelência.

Analisaremos em um outro pronunciamento esta questão específica e da corrupção, principalmente aos Ministros da área econômica.

Para finalizar, senhor presidente, eu fui um dos deputados que vim à tribuna e me parabeneizei com o PMDB, parabeneizei-me com o Governador José Richa pelas conquistas do funcionário público estadual, com relação a semestralidade e o 13º salário, e disse, naquela oportunidade, que o que a nossa bancada havia lutado quatro anos e não tinha conseguido, a Bancada do PMDB havia sido mais feliz, em apenas 60 ou 90 dias o Governo José Richa havia conseguido que se fizesse justiça, finalmente ao funcionário público do Estado.

Entretanto, agora, eu vejo com tristeza, que a conquista não foi integral, efetivamente a mensagem do senhor Governador, porque quem não tinha nada e recebeu 50%, já é uma conquista, agora não é o 13º salário prometido, que não se procure lançar esta cortina de fumaça sobre os legisladores, é uma gratificação de Natal, válida, mas não é o 13º salário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário restante que lhe é concedido.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Falará durante 10 minutos o senhor Odeni Mongrue, Vice-Líder da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra durante 10 minutos, o senhor deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados.

A propósito da última intervenção do deputado Erondy Silvério, quando abordou assunto pertinente à Mensagem 103/83, de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, encaminhada a esta Casa, capeando o ante-projeto de lei que objetiva conceder ao funcionário público do Estado do Paraná, civil ou militar, uma gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano, no valor correspondente ao respectivo vencimento ou o saldo básico, o ilustre deputado chamou a atenção para que não se confunda essa medida com a então preconizada proposta, demonstração de intenção, em campanha política pelo grupo hoje ocupante do Palácio Iguaçu, de oferecer esse tipo justo de atendimento às reivindicações do funcionalismo público estadual.

A Mensagem 103/83, ela traz a proposta de se oferecer uma gratificação especial com base nos salários e no soldo do servidor, seja ela civil ou militar. Gostaríamos de chamar a atenção para um detalhe: no mês de junho, quando da apreciação de uma outra mensagem governamental e que trazia também o anteprojeto que objetivava, naquela ocasião, estender a correção salarial, chamado aumento salarial, ao funcionalismo público deste Estado, trazia a referida mensagem a proposta de uma correção na ordem de 35 por cento. Já naquela oportunidade, nós chamávamos a atenção para que uma vez aprovado esse índice proposto, fatalmente, estaria o novo Governo contribuindo aí ainda mais para aumentar a defasagem salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná. No mês de abril, deste ano, apresentamos requerimento, nesta Casa, sugerindo ao Poder Executivo a adoção do índice nacional de preços ao consumidor como critério para correção de salários aos servidores públicos estaduais. Esse requerimento sugestão foi apreciado nesta Casa e aprovado por ambas as Bancadas, do partido da Situação e do partido de Oposição. Porém, tal proposta não foi aceita e não foi adotada pelo Poder Executivo. A mensagem do Poder Executivo que estabelecia 35 por cento de reajuste salarial a partir do mês de julho, possibilitou na diferença entre o INPC estabelecido para o mês de junho deste ano na ordem de 55,6, uma diferença mensal na ordem de 20,6

por cento multiplicado por 6 meses que restavam, naquela ocasião para completarmos o atual ano civil, possibilitou um acúmulo de recursos na ordem de 123.6 por cento, como a ensejar, ao novo Governo estender, no final do ano, uma folha de pagamento extra, rotulada ou não, de 13º aos servidores públicos estaduais civis e militares. Essa observação nós já fazíamos antecipadamente no mês de junho e alertávamos que surgiria em determinado instante deste ano condições - e o Poder Executivo as adotaria como se estivesse estendendo ao funcionalismo público o tão reclamado 13º mês.

Quando a Mensagem 103/83 chegou a esta Casa a nós não nos surpreendeu. Quero dizer aqui, e o faço em nome da Liderança do meu partido, de que nós somos absolutamente favoráveis a medidas que se estendam à classe do servidor público estadual. Apenas queremos fazer nesta intervenção, a observação de que se prometeu uma coisa e que a ela ainda não se chegou.

A gratificação especial eu vou decidir, na minha maneira de ver, é o resultado da intervenção de suas correntes: de um lado, a poupança compulsória a que foi submetido o servidor público estadual, contribuindo com os 26.6 por cento e que possibilitaram a composição de recursos que ora viabilizaram a referida gratificação. Do outro lado, por paradoxal que pareça, é o resultado de um processo inflacionário descontrolado que corrija a receita do Estado, mas que não corrija as despesas com pessoal.

Isto posto, queremos aqui fazer um apelo aos ilustres Deputados do PMDB aos nossos companheiros Deputados do PDS, que venhamos juntos propor uma emenda à mensagem Governamental no sentido de que se incorpore a chamada gratificação especial que tem como base, apenas o soldo e o vencimento referencial do funcionário público que a ele se incorpore também, as vantagens e gratificações, porque é sabido, e aí estão os números a comprovar, nos casos específicos, principalmente dos salários menores, o soldo base, o salário base, não é absolutamente suficiente na composição integral do vencimento. Mas este vencimento ganha expressão e tem o seu significado na medida em que incorpora os adicionais e as vantagens.

A nossa proposta, portanto, é no sentido de que agora ao apreciarmos a Mensagem Governamental 103/83, façamos esta proposição, de incorporar tais vantagens, a fim de que tenha o servidor público do Paraná, no final do ano, o atendimento concreto através de uma gratificação especial, corrigida não apenas no salário base, mas acrescido de todos os direitos e vantagens.

Quero crer, que assim procedendo não estará absolutamente o Poder Executivo se vendo em dificuldades financeiras. Essas duas observações, de um lado o sofrimento imposto ao funcionário que poupa, e lembro aqui o pensamento de São Lucas — "Para quem poupar é sofrer", e de outro lado a própria correção salarial motivada pelo alto índice inflacionário, possibilitaria desta arte ao funcionário do Estado do Paraná, receber no mês de dezembro, aí sim, efetivamente um valor significativo.

Se vamos dar, se vai o Poder Executivo dar, posteriormente o nome a esta gratificação de 13º mês, cumprindo assim uma proposta de campanha, levantada pelo PMDB de que deve ter sensibilizado a classe do servidor público paranaense é motivo para considerações oportunas.

Faço aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apelo aos companheiros de ambas as bancadas, no sentido de que consigamos, juntos, incorporar as vantagens, incorporar as gratificações nesta gratificação especial, que tenho absoluta convicção de parte dos meus companheiros do PDS, merecerá quando de sua apreciação, a devida aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE (TRAJANO BASTOS) — consulto à liderança do PDS se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, por dez minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo manifestar, em primeiro lugar, em nome da Bancada do PDS, a satisfação dos municípios paranaenses, com a liberação de mais 600 milhões de cruzeiros, pelo Ministério dos Transportes, para recuperar estradas vicinais e municipais, nos diversos municípios atingidos pelas enchentes ocorridas no Paraná. Trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros foram liberados a Prefeituras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e trezentos milhões a Prefeituras do Partido Democrático Social.

É a primeira parcela de uma série de três parcelas, que serão liberadas aos municípios paranaenses. Igualmente, na penúltima segunda-feira, o Ministro dos Transportes assinou com o Governador do Estado, um convênio no valor total de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, para a recuperação das estradas estaduais.

Esperamos, agora, que o Governo do Estado pare apenas de falar na má situação ou na falta de recursos, e passe, efetivamente, a agir para melhorar as condições de escoamento nas estradas estaduais.

Em segundo lugar, gostaria de referir-me, ainda que rapidamente, às colocações feitas pelo nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, com relação às licitações da FUNDEPAR.

Não desejamos, e nunca foi nosso desejo, inquinhar de ilegais ou de imorais, licitações ou atitudes do atual Governo. Não entendemos, entretanto, como os homens do PMDB podem, às vezes sem critério, sem coerência, fazer uma série de acusações com relação a governos anteriores.

Agradeço as explicações trazidas pelo Deputado Adhail Sprenger Passos.

Creio que é obrigação dos Deputados governistas, nesta Casa, responderem, de pronto, às colocações feitas pelos Deputados oposicionistas deste Poder.

Sobre os dados que o Deputado Adhail Sprenger Passos levantou, falará numa das próximas sessões, o Deputado Ivan Gubert. Só gostaria de alertar a este Plenário, que as 12 mil carteiras compradas de uma firma em dificuldades, custaram ao povo do Paraná mais do que aquelas que a FUNDEPAR, no atual Governo, acabou adquirindo pelo processo licitatório.

Mas, as carteiras compradas sem licitação pública, custaram mais de Cr\$ 8.500,00 cada carteira, e as carteiras que foram compradas depois, mesmo com o processo inflacionário, através do procedimento normal e moral de uma administração pública, que é o processo licitatório, custaram, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por volta de Cr\$ 7.600,00.

Creio que todos esses dados, a par dos outros dados trazidos ao conhecimento deste Plenário, pelo eminente Deputado Adhail Sprenger Passos, serão objeto de pronunciamento do Deputado Ivan Gubert.

Com relação ao procedimento de ordem judicial que levou uma empresa de São Paulo a reclamar de uma licitação pública feita no período governamental anterior, creio que, também, as explicações neste plenário serão dadas.

E que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há, por parte do Governo anterior ou dos governos anteriores, ou havia a preocupação de prestigiar empresas paranaenses; em consequência disso, de decreto governamental existente ainda ao tempo do Governador Jayme Canet Júnior, era possível dar às empresas aqui sediadas, para propiciar o seu desenvolvi-



mento, para propiciar o seu crescimento e a geração de empregos e a geração de ICM no Estado do Paraná, conceder-se desconto às empresas sediadas no Paraná que pagam impostos, que geram empregos, um desconto da ordem de 10% inquinou-se, no Judiciário, esse desconto, de, inconstitucional, e, em razão disto, uma empresa de São Paulo acabou tendo o mandado de segurança concedido, pelo Tribunal de Justiça. Creio, entretanto, que, a justificativa detalhada do assunto será trazida ao Plenário pelo eminente Deputado Ivan Gubert, como gostaria que se trouxesse, ao conhecimento deste Plenário, o porque de que, uma compra sem licitação custa mais caro do que a compra feita com licitação, em data posterior.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, ainda que rapidamente, de, responder o discurso do impetuoso Deputado Sérgio Spada que, a pretexto de dissertar sobre o problema de Foz do Iguaçu, pretende, sem ter a coragem de denominar, dizer que, os Parlamentares do PDS estão em conluio com a falta de democracia neste País. Falta de autoridade pessoal - foi o que ouvimos de Sua Excelência, o Deputado Sérgio Spada; ao fazer as colocações, demonstrou uma total incoerência, neste Plenário: num parágrafo, fala mal do processo de escolha do novo Prefeito de Foz do Iguaçu; no parágrafo seguinte, diz que o PMDB indicou nomes. Ora. Se o PMDB é contra o processo de indicação nos municípios de zonas de segurança nacional, o PMDB deveria, para manter a sua coerência, evitar de participar do processo de indicação indireta - eu pessoalmente sou contra, municípios de zonas de segurança nacional - mas creio que, aqueles municípios que forem de segurança nacional, devam ter o seu processo de indicação de Prefeitos, resolvidos pelo Presidente da República porque, assunto de segurança nacional é assunto do Conselho de Segurança Nacional, é assunto do Governo Federal, é assunto da Federação, não é Sr. Presidente, assunto de Governador do Estado. Portanto, a figura do Prefeito pró-tempore, é a solução para o problema de Foz do Iguaçu como dos outros municípios de zona de segurança nacional.

Como o Governador do Estado não é responsável pelo processo de segurança nacional, não pode ele nem o seu partido querer arvorar-se no defensor dos critérios da zona de segurança nacional.

A par disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PDS quer reafirmar, o seu total e inteiro apoio, para que o digno e ilustre Deputado Tércio Alves Albuquerque, segundo a opinião pública o mais votado em todas as eleições no Município de Foz do Iguaçu, possa ser o indicado como Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu até no salutar processo de renovação tão pregado pelo PMDB.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio.

**Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos) A mesa defere e procederá a chamada nominal.

(E procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 33 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberações.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 83, que aprova o Termo Aditivo datado de 29/11/82, ao vênio celebrado em 01.02.82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica. (Mensagem n.º 04/83). **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E :**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 29 de novembro de 1982, ao Convênio celebrado em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Altônia, Alto Paraná, Atalaia, Colorado, Diamante do Norte, Floresta, Francisco Alves, Inajá, Jandaia do Sul, Maringá, Paraíso do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica e Ubiratã, objetivando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA- Presidente  
TADEU LUCIO MACHADO- Relator

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 10/83, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 23/82, celebrado em 27.12.82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de INAJÁ. (Mensagem n.º 14/83). — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 23/82, celebrado em 27 de dezembro de 1982, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Inajá, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 13/83, que aprova os Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica. (Mensagem n.º 11/83). — **Aprovado.**



**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º— Ficam aprovados os primeiros Termos Aditivos firmados em 22 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de: Alto Piquiri (n.º 229/82), Cambira (n.º 228/82), Califórnia (n.º 194/82), Cidade Gaúcha (n.º 218/82), Catanduvas (n.º 193/82), Fênix (n.º 226/82), Guairacá (n.º 219/82), Indianópolis (n.º 227/82), Ivatuba (n.º 225/82), Marumbi (n.º 216/82), Querência do Norte (n.º 224/82), Quinta do Sol (n.º 223/82), Santa Cecília do Pavão (n.º 215/82), São Pedro do Ivaí (n.º 217/82), Santo Antonio do Caiuá (n.º 221/82), Santa Izabel do Ivaí (n.º 222/82), e Tuneiras do Oeste (n.º 220/82), a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982, com os referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA—Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO—Relator

**REDAÇÃO FINAL—** Do Projeto de Resolução n.º 61/83, que aprova Convênio n.º 115/82, celebrado em 12.05.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, Ministério do Interior e a SUDESUL, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. (Mensagem n.º 17/83).— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio n.º 115/82, celebrado em 12 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério do Interior, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural—ACARPA—EMATER—PR, a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná—IAPAR, a Fundação Instituto de Terras e Cartografia—ITC, e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná—CAFE DO PARANÁ, objetivando a execução de atividade de orientação técnica e prestação de serviços para prevenir e controlar a erosão do solo rural no Noroeste do Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA—Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO—Relator

**3ª DISCUSSÃO—** Do Projeto de Resolução n.º 56/83, (Mensagem n.º 57/83— Ex—Proposição n.º 56/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07.03.83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO —** Do Projeto de Resolução n.º 57/83, (Mensagem n.º 54/83— Ex—Proposição n.º 53/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Segundos Termos Aditivos de 29.12.82 aos Termos de Cooperação Técnica e

Financeira celebrados em 01.02.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO—** Do Projeto de Resolução n.º 68/83, (Mensagem n.º 61/83— Ex—Proposição n.º 64/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07.03.83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO—** Do Projeto de Resolução n.º 69/83, (Mensagem n.º 77/83—Ex—Proposição n.º 78/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso celebrados em 30.12.81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando construção de Terminais Rodoviários de Passageiros nos referidos municípios. — **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO—** Do Projeto de Resolução n.º 70/83, (Mensagem n.º 84/83—Ex—Proposição n.º 76/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes com Municípios e datas que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983.— **Aprovado**

**3ª DISCUSSÃO —** Do Projeto de Resolução n.º 71/83 (Mensagem n.º 66/83— Ex—Proposição n.º 70/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução PROSAFRAS, no exercício de 1983.— **Aprovado.**

**3.ª DISCUSSÃO —** Do Projeto de Resolução n.º 72/83, (Mensagem e Ex—Proposição n.º 79/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que aprova os Convênios de Cooperação e Compromisso celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros.— **Aprovado.**

**3.ª DISCUSSÃO—** Do Projeto de Resolução n.º 73/83, (Mensagem n.º 72/83- Ex—Proposição n.º 73/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros.—**Aprovado.**

**1ª DISCUSSÃO—** Do Projeto de Lei n.º 99/82, de autoria do ex-Deputado JOÃO MANSUR, que declara de Utilidade Pública a OBRA SOCIAL SANTO EXPEDITO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 99/82.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a obra Social Santo Expedito, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:—

A finalidade do presente plano de lei, fundamenta-se no fato de que, nenhuma obra assistencial, por mais dedicação que haja por parte de sua direção, dispõe de recursos materiais suficientes para sua manutenção e perfeito funcionamento.

A Obra Social Santo Expedito, com sede nesta Capital, fundamenta sua atuação no campo de proteção e de amparo à maternidade e infância carentes, através de edificante trabalho assistencial educacional e ambulatorial.

Razões à nosso ver, que justificam plenamente o presente plano de lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 99/82

De autoria do ex-Deputado João Mansur, o Projeto de Lei n.º 99/82, tem como escopo declarar de utilidade pública a Obra Social Santo Expedito, com sede e foro nesta Capital.

Analisando anteriormente este Plano de Lei, notamos a ausência de documentos comprovantes a que se refere a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, e opinamos na ocasião para sua conversão em diligência, a fim de serem supridas aquelas faltas.

Retorna novamente a esta Comissão, agora com os requisitos exigidos por Lei, atendidos em sua totalidade, somos, portanto, por sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 27/83, de autoria do DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a doar ao Município de Campo Mourão, o imóvel que especifica. (Anexo Projeto de Lei n.º 63/83, de autoria do Poder Executivo que trata do mesmo assunto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.— Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 27/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Mourão, o imóvel de propriedade do Estado, constituído do prédio localizado no Distrito de Farol, onde funcionava o Grupo Escolar Afonso Botelho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende seja doado ao Município de Campo Mourão, é constituído de um prédio que foi construído pelo Estado em terreno da Prefeitura Municipal, localizado no Distrito de Farol, para o funcionamento do Grupo Escolar Afonso Botelho.

Atualmente o prédio está desativado e em completo abandono.

E intenção da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, restaurar aquele imóvel e alí instalar a Sub-Prefeitura naque-

le importante Distrito de Campo Mourão.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza contará com o total apoio e aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 27/83

#### PARECER

I — O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Augusto Carneiro, pretende autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Mourão, imóvel de propriedade do Estado, constituído do prédio localizado no Distrito de Farol, onde funcionava o Grupo Escolar Afonso Botelho.

II— Conforme se depreende da justificativa que acompanha o Projeto, tal medida vem de encontro aos interesses da coletividade do Distrito, visto que, visa transferir à Prefeitura Municipal a propriedade de imóvel construído em terreno a ele pertencente, para que alí seja instalada a Sub-Prefeitura.

III— Nenhum óbice de natureza legal impede tal transação, como pretende o nobre Deputado Augusto Carneiro, através do presente Projeto de Lei, por isso, nosso entendimento é favorável a sua aprovação, por seus fundamentos altamente meritórios.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

CAITO QUINTANA — Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 27/83.

O Presente plano de lei, apresentado pelo Deputado Augusto Carneiro, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Mourão o imóvel de propriedade do Estado, constituído do Prédio localizado no Distrito de Farol, onde funcionava o Grupo Escolar Afonso Botelho.

Deduz-se do projeto e de sua justificativa que o Estado construirá um Grupo Escolar, no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão, em terreno de propriedade da Prefeitura Municipal, e atualmente o prédio encontra-se desativado e em completo abandono, sem utilidade para o Estado.

Quer a Prefeitura restaurar o imóvel a instalar alí a Sub-Prefeitura do Município.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente, afirmando que nenhum óbice de natureza legal impede a transação.

Do ponto de vista da Comissão de Educação, considerando-se a desativação e o abandono do imóvel, nada temos a opor à doação.

Nestas condições, o nosso paracer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

ODENI MONGRUEL — Relator

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 36/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, determinando que toda avaliação de imóveis, rurais ou urbanos, que se destine a servir de base para cálculo do Imposto de Transmissão Inter-Vivos será levada à apreciação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores do Município de localização do imóvel. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

## PROJETO DE LEI N.º 36/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Toda a avaliação de imóveis, rurais ou urbanos, que se destine a servir de base para cálculo do Imposto de Transmissão Inter-Vivos será levada à apreciação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores do Município da localização do imóvel.

Art. 2.º — A Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, terão, em comum o prazo de 10 (dez) dias, para opinar sobre a avaliação.

Art. 2.º — Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

JUSTIFICATIVA: (a) RUBENS BUENO

Todas as avaliações de imóveis exigidas por Lei, para estribar cálculo de imposto de transmissão, são realizadas unilateralmente, sem a oitiva, necessária, dos órgãos que, efetivamente tem o exato conhecimento do valor real dos bens realizados em seu município, sendo efetivadas de tal forma a ocasionar prejuízo a alguns e lucro a maior, a outros. Com o intuito de sanar essa irregularidade é que propomos à apreciação de nossos pares, a presente matéria, que consideramos revestida da mais alta relevância.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 36/83

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o Projeto de Lei em exame determina que as avaliações de imóveis rurais ou urbanos, que se destinem a servir de base ao cálculo do Imposto de Transmissão Inter-Vivos, sejam apreciadas, num prazo de dez (10) dias, pela Prefeitura Municipal e pela Comarca de Vereadores do Município de sua localização.

O Projeto foi apresentado dentro das disposições regimentais e não fere dispositivo constitucional.

Quanto à oportunidade, no entanto, quer nos parecer, que a medida ora proposta irá provocar mais inconvenientes que vantagens, pois aumentaria a já grande burocracia envolvida na venda das propriedades rurais e urbanas, provocando, inclusive, uma considerável demora na efetivação de transações imobiliárias, demora essa que, inclusive, se veria agravada, quando do recesso do Legislativo Municipal.

Nestas condições, sem negar a constitucionalidade do Projeto, somos pela REJEIÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR —Presidente  
CAITO QUINTANA— Relator

Ao referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, solicitando adiamento por 10 (dez) sessões para o Projeto de Lei n.º 36/83. Em votação o requerimento. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n.º 36/83.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 68/83, de autoria do DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA LUZ E ESPERANÇA, da Cidade de Mandaguáçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 68/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Luz e Esperança de Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

Os documentos que anexamos a este projeto, comprovam o preenchimento de todas as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, para declaração de utilidade pública.

Assim sendo, contamos com a unânime aprovação do projeto, em vista dos méritos da Associação e do amparo legal.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 68/83

A presente proposição de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, visa a declarar de utilidade pública, a LOJA MAÇÔNICA LUZ E ESPERANÇA DE MANDAGUAÇU, com sede em Mandaguáçu.

A referida entidade, pelos documentos apresentados, preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública.

Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, opinamos portanto, por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR— Presidente

EZEQUIAS LOSSO— Relator

—DISCUSSÃO ÚNICA— Da Proposição n.º 82/83, Veto apostado ao Projeto de Lei Complementar n.º 40/83, de autoria do DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao parágrafo 2.º, do artigo 150, da Lei n.º 6.174, de 16.11.70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 82/83

I — Através do Ofício n.º 41/83-DTL, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado comunica o veto, com base no Art. 47, inciso III e no que dispõe o disposto no § 1.º do Art. 28, todos da Constituição Estadual, por julgar inconstitucional o Projeto de Lei Complementar n.º 40/83, que dá nova redação ao § 2.º do Art. 150 da Lei n.º 6174 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).

II— Embora se trate de medida altamente louvável a iniciativa do Nobre Deputado Nestor Baptista, fez o Governador, em prazo hábil, uso de suas prerrogativas constitucionais, estando portanto, o veto em condições de ser aprovado por esta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR —Presidente

ANIBAL KHURY— Relator

Apoiamento— TADEU LUCIO MACHADO

EZEQUIAS LOSSO

CAITO QUINTANA

GILBERTO CARVALHO e

BASILIO ZANUSSO

Projeto de Lei Complementar n.º 40/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo 2.º, do artigo 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.150— .....

§ 1.º — .....

§ 2.º — O funcionário que deixar de gozar as férias, nos

termos do previsto neste artigo, poderá gozá-las dentro dos dois exercícios seguintes ao seu vencimento.

Art. 2º — Fica revogado o § 3.º, do Artigo 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e a lei n.º 7.206, de 1.º de outubro de 1979.

Art. 3.º — Ao funcionário cujas férias foram atingidas pela prescrição contida no § 3.º, do artigo 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica assegurado o direito de contá-las em dobro, para todos os efeitos legais.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de junho de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente  
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa, deseja, antes de conceder a palavra ao Deputado que a solicitou, tomar a liberdade para a orientação deste Plenário quanto à votação desta proposição:

A Constituição do Estado do Paraná, no seu Artigo 3.º, determina: Parágrafo 3º — comunicado o veto ao Presidente da Assembléia Legislativa, será o projeto submetido a uma única discussão, considerando o mesmo aprovado se obtiver o voto de dois terços dos Deputados presentes em votação pública. Neste caso, será o projeto enviado ao Governador para promulgação. Feito este esclarecimento, está em discussão o projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De autoria do eminente Deputado Nestor Baptista, visa o veto ora em análise beneficiar a classe do funcionalismo público estadual. Tal matéria vem sendo discutida, na Assembléia Legislativa, desde 1979, quando houve uma modificação no Estatuto do Funcionário Público e se delimitou em dois anos o prazo para o funcionalismo público requerer ou a contagem em dobro de suas férias, ou gozá-las, conforme determina a Lei.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de não ser ilícito, a ninguém desconhecer a lei, muitos funcionários públicos do Estado do Paraná não tiveram acesso ao texto da lei. Em consequência disto, muitos funcionários públicos ficaram sem a possibilidade de usar a faculdade legal até 1979 existente.

Em boa hora o Deputado Nestor Baptista, provavelmente interpretando as aspirações do funcionalismo público, apresentou o projeto de lei que visa, sobretudo no meu entendimento, restabelecer a faculdade já existente até 1979. Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolveu vetar o projeto que fora aprovado por unanimidade nesta Casa. As razões do veto, Sua Excelência, as manifesta na folha dois do Ofício 41/83, dizendo que promoveu o veto em razão da inconstitucionalidade da iniciativa.

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que a súmula n.º 5 do Supremo Tribunal Federal estabelece que a sanção governamental ilide o vício da iniciativa. Mais ainda, Sua Excelência que prometeu na campanha eleitoral não se valer de dispositivos no seu entender antidemocráticos da Constituição Federal, ou da Constituição Estadual e o seu partido que prometeu na campanha eleitoral promover o restabelecimento dos poderes das Assembléias e do Congresso Nacional, lamentavelmente Sua Excelência, depois de eleito Governador, empossado Governador do Paraná, esqueceu do que pregou na campanha eleitoral. Traz como argumento para o seu veto exatamente aqueles argumentos que a valorosa Bancada do PMDB combatia

no plenário na legislatura passada, quando era oposição.

É de se perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que dois pesos e duas medidas? Por que uma atuação no passado em favor do direito da Assembléia Legislativa em legislar em favor do funcionalismo público e por que hoje na análise do veto, Sua Excelência, o Governador esquece da sua pregação e passa a vetar um projeto de lei de um companheiro seu de partido, usando exatamente os argumentos que tanto combatera no passado.

Mas, ainda, Sr. e Presidente e Srs. Deputados, o Governador do Estado, no mérito, concorda com o Projeto do Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, porque diz, entretanto, vale mencionar que o plano de lei, ora vetado, em razão dos preceitos constitucionais citados, não impedirá que os órgãos competentes da administração realizem, oportunamente, estudos para tal matéria.

Vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governador do Estado admite como justa a matéria no mérito e veta apenas porque ele usa os preceitos constitucionais, que ele mesmo, na campanha eleitoral considerava como ilegais, como contrários à democracia, como contrários ao interesse do povo paranaense.

Por isto, a Bancada do PDS votará favoravelmente à derrubada do veto, na certeza de que estará assim contribuindo para que este Poder Legislativo, atenda a justa aspiração do funcionalismo público, justa aspiração que foi em boa hora interpretada e consubstanciada pelo valoroso Deputado do PMDB.

Apelo aos eminentes Deputados do PMDB, que dêem uma demonstração de independência de valorização do Poder, de sentido de que este Poder não se curva ao entendimento, de que estes preceitos constitucionais, que totem a vida ao Parlamento, possam ser os mais adequados para o regime democrático que vivemos.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na certeza de que no mérito a matéria é válida, conforme concorda o Governador, há um aspecto de inconstitucionalidade, que pode ser sanado ou pela sanção do Governador ou pela derrubada do veto.

Era isto, Sr. Presidente, na certeza de que os valorosos companheiros do PMDB, haverão de votar de acordo com o seu companheiro de bancada, Deputado Nestor Baptista. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em discussão a Proposição n.º 82/83.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente.

Quando apresentamos, no início do ano o presente Projeto, foi no sentido do cumprimento de um trabalho que a Bancada do PMDB e do PMDB, realizou aqui na legislatura passada e foi também um compromisso firmado em campanha com a população do Paraná, de que o Brasil se encontra na situação delicada de hoje, em virtude do enfeixamento de todas as situações na mão do Executivo e o impedimento de ação por parte do Legislador.

E entendo, sinceramente, que a propositura do veto do Sr. Governador, mencionando no final deste veto, de que o plano ora vetado, em razão dos preceitos constitucionais, não impedirá que órgãos competentes da administração realizem, oportunamente, estudos sobre tal matéria.

Disse-o bem o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Martins com respeito a inconstitucionalidade, mas a inconstitucionalidade do regime em que vivemos vem sendo debatido ao longo dos anos pelos partidos de oposição, que reconhecem, inclusive, na Constituição Federal, num linguajar mais comum, uma verdadeira colcha de retalhos.

E, ainda neste ano, apresentamos aqui na Assembléia Legislativa, apoiado por alguns companheiros, uma proposta de revisão na Constituição do Paraná, porque entendemos que a mesma está defasada e não acompanha a realidade de hoje do nosso Estado, e entendemos também, Sr. Presidente, que o fecho deste veto, nos dá a plena convicção de que o Poder Legislativo ainda não é encarado como um verdadeiro Poder.

Quando se diz que órgãos competentes da administração realizarão estudos da matéria, quero entender que, o Poder Legislativo não é como tal, e tão somente o Poder Executivo poderá enviar esta matéria para a Assembléia Legislativa, para que a mesma, sem muita discussão, possa aprovar o que vier do Executivo.

Entendi, neste projeto, uma grande oportunidade do meu Partido reassumir o compromisso programático de restabelecer todas as prerrogativas do Poder Legislativo; entendi neste projeto, cumprir com uma luta que não foi só minha, mas dos outros companheiros que ocuparam em diversas oportunidades a tribuna da Oposição nesta Casa, pedindo melhores condições, mais atenção, mais respeito, mais consideração para com o funcionário público do Estado do Paraná, e lamentavelmente observo que, os compromissos de campanha, o compromisso programático de restabelecer as prerrogativas do Poder Legislativo, neste veto são completamente abafados. Portanto, não poderia agir de maneira diferente ao agradecer o apoio que recebo da bancada hoje de Oposição em nosso Estado, mas continuo evidentemente com a mesma opinião e mesmo que seja mantido o veto nesta Sessão Plenária de hoje, nós reapresentaremos este veto, para que o funcionalismo público do Estado do Paraná possa obter as vantagens de justiça, que, ao longo dos anos este funcionalismo está aguardando.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Votamos favoravelmente esta matéria quando proposta neste Legislativo, não teríamos nenhum constrangimento em votar favoravelmente ao veto do Sr. Governador do Estado, se as explicações do Chefe do Poder Executivo fossem convincentes.

Nós não podemos, por exemplo, pelo menos é o meu pensamento, é a minha posição, nós não podemos nos encostarmos no que ele declara de inconstitucional, se nós mesmos sempre pregamos que esta Constituição draconiana que aí está foi proposta justamente para sufocar o Poder Legislativo.

Voto contra o veto do Sr. Governador do Estado do Paraná, também porque se esta matéria for derrubada hoje, esta Casa de Leis vai votar brevemente, esta classe política vai votar brevemente uma matéria elaborada nos escritórios frios, gelados da tecnocracia, porque o próprio Governador está a dizer que, oportunamente, estudos sobre tal matéria serão realizados, ora quem fará este tipo de estudos? É o tecnocrata, é aquele que nós combatemos.

Então, a matéria do Deputado Nestor Baptista não serve; a matéria do político não presta, mas a matéria que vem do tecnocrata vai ser boa. Aí nós vamos votá-la. Diante disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pedindo escusas até àqueles que pensam de uma maneira diferente, eu voto contra o veto proposto pelo Sr. Governador do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta situação eu fico com o, digo, nesta questão eu fico com o José Richa dos palanques eleitorais, dos compromissos e manifesto a minha opinião absolutamente contrária a uma Constituição autoritária que nos foi imposta e que hoje impede que o Deputado Nestor Baptista possa propor uma medida extremamente saudável em favor do funcionalismo público do Estado.

Sr. Presidente. O escritor e filósofo Roberto Gomes, no seu livro "Crítica da Razão Tupiniquim", citando um historiador da época da Monarquia, diz que nada mais parecido a um saquarema do que um luzia no poder. Saquaremas e luzias eram os representantes dos dois partidos que havia naquela época. Não sou nem saquarema, nem luzia; sou um democrata comprometido com a causa do PMDB, um partido nacionalista, popular e democrático; e dessa forma, a minha razão e os meus discursos de campanha, não se apoiavam na razão ornamental. Eram compromissos assumidos, compromissos que eu lamento não sejam assumidos também, neste momento, pela totalidade da Bancada do PMDB que muito mais do que com a Constituição, deveríamos estar ao lado do Governador e do programa do Partido para mudar o comportamento e o processo da política neste instante importante da história brasileira.

Eu derrubo o veto do Governador, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o projeto.

Para encaminhar, com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No ano de 1970, quando se votou o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, se estabeleceu a prescrição dos dois anos do direito de contar, em dobro, as férias dos funcionários públicos.

Posteriormente, quando Governador o Sr. Jaime Canet Júnior, houve da lavra do nobre Deputado, hoje Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, a inclusão e uma mensagem do Executivo de dispositivo que permitia a contagem, em dobro, das férias não gozadas e atingidas pela prescrição. Esta Casa aprovou, por unanimidade, aquela emenda que passou a fazer parte da lei, pois o autógrafo foi sancionada, integralmente, pelo Governador da época.

Entretanto, tendo em vista diversos funcionários não terem tido a oportunidade de exercitarem esse direito, no ano de 1979, este Deputado propôs à Casa um projeto de lei renovando o direito desta contagem em dobro. E novamente esta Assembléia aprovou, por unanimidade, tal possibilidade para o funcionalismo público civil do Estado, e o Governador Ney Braga sancionou este projeto.

Nesta terceira vez em que se procurou renovar o direito, fomos surpreendidos pela manifestação do atual Governador, dizendo ser inconstitucional o projeto que tem o justo objetivo de atender as aspirações dos funcionários públicos que não contaram em dobro as suas férias, não gozadas.

Por esta razão, Sr. Presidente, e tendo em vista os outros projetos transformados em lei, votarei agindo de forma coerente, aprovando o projeto e rejeitando este veto, que, diga-se de passagem, não está conforme os melhores princípios de direito.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação o projeto.

Para encaminhar, o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente. Desejo declarar, que não me apego de nenhuma maneira aos formalismos e encoimar o projeto do nobre Deputado Nestor Baptista, de inconstitucional, é um desses formalismos. Justamente uma constituição que nós não aceitamos por se tornar ilegítima, porque, inclusive imposta num momento tal da história do nosso País e de nosso Estado.

E por isto, eu quero declarar, Sr. Presidente, que eu sou favorável ao projeto, e contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiro devo lamentar a ausência dos nossos companheiros do PMDB, todos comprometidos com a causa do servidor público do Estado do Paraná. E devo dizer, o Brasil nos últimos vinte anos vive num permanente desordenamento jurídico, e o MDB sempre alçou a sua voz, para combater o desrespeito à Lei e à Constituição, praticado pelos homens em palmar o poder após 64.

A nossa pregação foi uma pregação de justiça social, e a justiça social, num País livre deve prevalecer contra a lei do arbítrio, contra a lei da prepotência e da ditadura.

Por conseguinte, Sr. Presidente, nobres Deputados, não posso aceitar sem protestar, sem levantar a minha voz, contra um veto apostado a um projeto humano, socialmente justo a uma classe de servidores injustiçados por tantos governos neste País, e no entanto, demagogicamente utilizado muitas vezes para fins eleitoreiros.

O funcionário público do Estado do Paraná, haverá de receber dos Parlamentares do PMDB, dos Parlamentares que realmente assumiram compromisso de honra, e este compromisso haverão de respeitar.

Estes Deputados jamais haverão de calar a sua voz neste Parlamento, porque a voz dos Deputados que aqui estão, para votar a favor do projeto do Nestor Baptista, e contra o veto do Sr. Governador do Estado, estes Parlamentares do PMDB haverão de ser fiéis à sua pregação política, porque amanhã, quando nós voltarmos à praça pública, olharemos para o olho do cidadão e do co-cidadão, estenderemos a mão ao funcionário público, e ele saberá contar permanentemente porque já contou por quatro anos com aliados sinceros e honestos.

Era só para ficar registrado, o meu apoio ao projeto do Nestor Baptista, e o meu voto contrário ao veto do Sr. Governador. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, gostaria de consultar à Mesa, o seguinte: qual o prazo fatal para a apreciação desse veto que está na ordem do dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a Vossa Excelência que o prazo para apreciação deste veto vence na data de hoje.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, quero fazer um apelo à Comissão Executiva: quando o Sr. Governador, apor vetos em matéria de tanta importância como esta, que a Mesa não deixe deliberadamente para o último dia da vigência do prazo. Está clara a manobra do nobre Líder do PMDB, Deputado

Nilso Sguarezi, manobra que tantas vezes ele condenou quando estava do outro lado do balcão, é o esvaziamento do Plenário para a proposição não ser apreciada na tarde de hoje. Está-se vendo, claramente, que não há "quorum" e que tudo que se disse aqui, caiu no vazio, porque o veto do Sr. Governador do Estado já está aprovado.

É o apelo que faço à Mesa para que, daqui para frente, os vetos sejam incluídos na Ordem do Dia com a antecedência de, pelo menos dez dias, dentro da vigência do prazo fatal para apreciação do veto.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, respondendo à questão de ordem levantada por Vossa Excelência acata a sugestão que Vossa Excelência faz quanto à apresentação. No entanto, quer esclarecer que esta proposição estava incluída não dentro do prazo sugerido por Vossa Excelência mas, na sessão de ontem, que teve seus trabalhos suspensos em razão do falecimento de um ex-Deputado.

Continua em votação o Projeto de Lei Complementar 40/83 e da Proposição 82/83.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar) Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminho a votação para registrar nos Anais desta Casa, o meu posicionamento e o que penso a respeito do veto que ora votamos.

O Sr. Governador ao vetar a matéria, utiliza-se do tão utilizado artigo 35 da Constituição, que é a arma do Executivo manietar ou maniar este Poder, tirando-lhe toda a competência de legislar em favor do povo.

Este artigo tão usado da Constituição e tão criticado antes pelos homens que, hoje, estão no Governo, tem segurado tantas matérias e tem causado tantas injustiças.

E, hoje, quando votamos este projeto de lei apresentado pelo eminente Deputado Nestor Baptista, toda a nossa bancada estendendo que esta matéria, apesar de esbarrar neste artigo constitucional é justa, e entendendo que quando a justiça se conflita com o direito, deve-se prevalecer a justiça; entendendo também que a pregação do PMDB era sempre de não olhar os rigores do texto da lei, mas, sim, de fazer justiça ao povo deste Estado, nas mais variadas classes. E sendo este projeto, especificamente, para favorecer o funcionalismo público, tão sofrido e tão decantado pelos homens, hoje do Governo, ontem, da Oposição, de procurar favorecer este funcionalismo, nós entendemos que este projeto apresentado por um Deputado do Governo, e tendo o apoio com a intenção do meu partido e da grande maioria dos Deputados do meu partido pudesse ter êxito, ter êxito para ter no seu final o favorecimento aos funcionários públicos e, mais especialmente, a independência e a valorização deste Poder, porque estava na hora.

E, ainda há pouco, quando conversávamos com o então Líder, que está hoje exercendo a condição de Líder, o Deputado Requião, de que, está na hora de nós todos Parlamentares desta Casa, assumamos uma posição de luta em favor do interesse comum, deixando de lado esta briga de siglas partidárias. E nós endossamos esta intenção e esta idéia, e, seria este projeto, e será este projeto, se nós derrubarmos este veto, o grito da independência deste Poder porque, aí então, a Assembléia Legislativa terá força para poder reivindicar e criar leis e projetos, desde que seja num consenso geral, se a abertura deste artigo da Constituição pode criar dificuldades ao Executivo, não creio, porque, se a matéria não for justa, ela não mereceria, principalmente, dois terços desta Casa; para merecer o apoio de dois terços, se faz necessário que a matéria aqui apreciada seja u'a matéria justa. Por isto então, Srs. Deputados, eu espero de que, se o "quorum" permitir, este veto possa ser derrubado aqui, para se fazer justiça e para levantarmos a bandeira da independência do Poder Legislativo. No entanto, se for utiliza-

da também, uma praxe regimental, de retirada do "quorum", desta Casa, pelo então Líder Deputado Nilso Sguarezi, se for utilizado isto, nós lamentamos e registramos, que fique registrado em Ata mais uma artimanha de que, o PMDB apregoeou uma coisa, e faz outra coisa. Por isto, que se registre, eis que, aí, esse veto passará, por decurso de prazo, não, pela votação da maioria, mas, se usando uma faculdade do Regimento desta Casa para poder fazer com que seja válido este veto. E nós lamentamos, mais uma vez, quando não se cumpre uma coisa que o próprio Governador reconhece, no seu texto, a validade da lei e ainda diz que, é da competência do Executivo e que será distribuído aos órgãos competentes para análise. Então, o que de fato o Governador viu de prejuízo nesta lei, é porque, foi iniciativa deste Poder, e não porque não seja justa esta causa.

Por isto nós deixamos registrado, esperando que o "quorum" permita a votação e que, aqueles que queiram votar a favor do veto, aqui compareçam e votem claramente a favor do veto, mas, aqueles que estão com o funcionalismo público e que estão com a valorização deste Poder, que também compareçam e votem, para que nós possamos chegar a bom termo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. NELSON BUFFARA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, muito oportuna a forma como o Deputado Augusto Carneiro conduziu este problema que está suscitando uma série de controvérsias.

Confesso a Vossa Excelência e aos Srs. Deputados, que eu tenho as minhas divergências com o Deputado autor deste projeto que culminou com o veto do Sr. Governador José Richa, no entanto, eu sou um político amante da justiça e do direito, acho inteiramente justa a pretensão do Deputado quando elaborou este projeto, não vejo nenhuma inconstitucionalidade flagrante no mesmo, o veto foi meramente ocasional, como tantos outros têm sido nesta Casa.

Quero afirmar que votarei com a minha bancada, bancada de oposição, contra o veto, a favor do projeto, mas, quero fazer coro com o Deputado Augusto Carneiro, conclamando os Deputados aqui estarem presente, mesmo que, para votarem a favor do veto. A presença deles é indispensável, no momento em que Vossa Excelência declarou, Deputado Erondy Silvério, que, hoje, é o dia fatal, nós não poderemos reformular esse problema amanhã porque é fato consumado — "consumado está hoje" — último portanto para que o veto seja apreciado.

Acho que é uma oportunidade excelente para uma demonstração sobeja de que nós somos Deputados que, antes de termos compromisso — como disse o Deputado Requião — com o Governador, ou com o sistema que aí está com o Governo do Estado, nosso compromisso é com o povo. E se o projeto é justo, vamos fazer justiça ao funcionalismo, rejeitando o veto e dando condições para que o Deputado, autor do projeto, Nestor Baptista, possa ter consumado uma idéia que tenha abrangência total. Todos os Srs. Deputados estão entendendo que é justo, portanto, ninguém contestou, ninguém veio aqui defender o veto, porque faltam-lhes razões para tanto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação. Sobre a mesa requerimento do Deputado Roberto Requião. Requer, na forma regimental, votação nominal para a Proposição 82/83, veto apostado ao projeto de Lei Complementar 40/83.

Está em votação o requerimento. Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Requeiro verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procedendo a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vinte e oito (28) Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Não havendo "quorum" para prosseguimento da sessão e com base no artigo 26, da Constituição do Estado do Paraná, § 5.º, considerar-se-ão mantidos os vetos não apreciados pela Assembléia Legislativa dentro do prazo de 45 dias.

A Mesa, em função deste dispositivo determina o arquivamento por decurso de prazo.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Apenas solicitaria a Vossa Excelência que fizesse constar nos Anais da Casa que o tão criticado e tão violento decurso de prazo foi responsável pela manutenção do veto do Sr. Governador, na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A manifestação de Vossa Excelência constará dos Anais da Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu só queria lembrar ao nobre e digno Deputado Nestor Baptista, que este decurso de prazo não é aquele que o PDS está invocando. Este é aquele estabelecido na Constituição antes de 1946 e princípio constitucional desde os tempos em que se organizou as primeiras constituições; que é aquele prazo que estabelece que o Governador tem prazo até para promulgar, que impõe prazo até para o Governador. Este decurso de prazo não é aquele que o PDS bateu palmas agora.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa determina que conste o reparo feito por Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para registrar, Sr. Presidente, que as razões do veto foram exatamente aquelas que o PMDB combateu durante a campanha e que as razões ditas no veto do Sr. Governador se vale exatamente na Constituição Nacional, e que em razão disso foram adaptados pela Constituição Estadual.

Significa dizer, Sr. Presidente, que o Governador José Richa está usando, ao vetar uma matéria de seu companheiro de partido, daquilo que ele denominou de uma Constituição que não representa os interesses do povo do Paraná. O Governador José Richa de maneira expúria vetou uma proposição de um companheiro seu de partido e a Bancada do PDS quer reafirmar a Vossa Excelência que votou a favor do funcionalismo público, da mesma forma que votou com relação ao veto. O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que a discussão sobre a matéria está encerrada.



Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Italo Todeschini, ocorrido no dia 29 de agosto do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Herculano Torres Cruz, ocorrido no dia 12 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ademir Ulliana, ocorrido no dia 12 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herculano Torres Cruz, ex-Vereador pelo Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Madalena Baggio, ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano, no Município de Prudentópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 160.º aniversário de emancipação política, em data de 15 de setembro do corrente ano, do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse de Dom Domingos Gabriel Wisniewski, Bispo do Município de Apuracana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Esporte Clube Pinheiros, pela inauguração de seu estádio, destinado à prática de futebol e outros esportes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, visando a elevação de Comarca Inicial para Comarca Intermediária, a Comarca de Marialva. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, visando a instalação de um serviço de naturalização no Município de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Conselho de Direção do Jornal "Olho Vivo" pela sua primeira edição, no Município de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Senhora Secretária da Educação, visando a instalação no ano de 1984, do curso colegial de segundo grau no Núcleo Habitacional "Santa Paula", no Município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o encasalhamento e alargamento da rodovia primária que liga a localidade de Jacuí, no Município de Campo Largo à Rodovia do Café. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos órgãos de Imprensa de nosso Estado, bem como seus profissio-

nais, pela passagem do "Dia da Imprensa", ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, visando a modificação na forma de cobrança por demanda de Energia Elétrica dos Hotéis do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado às Lideranças de todos os Partidos no Senado e Câmara dos Deputados, visando que, através de Emenda Constitucional, confirmem aos detentores de mandato legislativo no país, direitos iguais aos já outorgados às chefias de Poder Executivo, a quem assiste o poder optar por filiação em partido político diferente daquele pelo qual foi eleito. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Grupos de Alcoólicos Anônimos pelo transcurso do 15.º ano de implantação deste movimento em nosso Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Rede Globo de Televisão, pela programação intitulada "Projeto Nordestinos". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a implantação da rede de esgotos na sede do Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um posto de saúde no Conjunto Cohapar Milton Luiz Pereira, na sede do Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INPS, visando a instalação de uma agência daquele Instituto no Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo estudos para a implantação de um minipresídio agrícola no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o envio de uma viatura e mais policiais, bem como que o Delegado passe a residir no Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de 100 carteiras juntamente com cadeiras, destinadas às escolas infantis, especificamente ao pré-escolar, no Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo adoção de medidas para amenizar o clima de intranquilidade reinante na sede do Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao ITC, por intermédio da Secretaria de Agricultura, bem como a outros órgãos federais e estaduais, relacionados ao presente assunto, encarecendo seja impedido o desmatamento de área de reserva florestal, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná,

situada no Município de Tuneiras do Oeste, mais precisamente nas Glebas Ribeirão Concórdia e Saquarema. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a construção de um prédio escolar na localidade da Sede União, no Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Superintendência Regional do INAMPS, visando a assinatura de convênio entre o FUNRURAL e a Santa Casa de Misericórdia, para a instalação de um posto de atendimento ortopédico no Município de Jacarezinho. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o reinício das obras de construção da Rodovia que liga os Municípios de Campina da Lagoa e Guaraniaçu, bem como requer o estudo para o seu asfaltamento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de apelo à TELEPAR, no sentido de que as contas telefônicas cobradas por aquela empresa de serviço público passem a ter seus vencimentos marcados entre os dias 5 e 10, e não no final de cada mês, como até agora tem sido feito. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento das estradas Querência do Norte ao Porto Felício (divisa com Estado de Mato Grosso do Sul) e Santa Cruz do Monte Castelo a Santa Isabel do Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a inclusão no orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para construção da Delegacia de Polícia no Município de Tupãssi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde, visando obter informações quanto à substituição do pessoal que fez estágio e prestou serviços nos postos de saúde no interior do Estado, bem como quanto gastou a Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha com indenizações do pessoal dispensado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Conselho Regional de Técnico de Administração, pela passagem do "Dia do Administrador", ocorrido no dia 09 de setembro do corrente ano. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo revisão do processo que exclui, em maio de 1982, da Comissão Estadual de Artes Cênicas - CEAC, a representante da Federação Independente do Teatro Amador do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Senho-

ra Secretária da Educação, visando obter informações referentes ao Grupo Escolar Manoel da Silveira D'Elboux, localizado no Bairro Hugo Lange, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja fornecida cópia do pronunciamento referente a Hoyler Consultores Associados a todos os Srs. Deputados, bem como seja o mesmo encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito dita da Corrupção, para que a mesma determine as providências cabíveis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o comparecimento do Sr. ex-Superintendente do IPE, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre sua administração frente àquele Instituto. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações referentes a medidas adotadas pela Secretaria das Finanças. — **Encerrada a discussão.**

Por solicitação do Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, esta Presidência lembra aos Srs. Deputados componentes daquela Comissão, que a CCJ estará reunida após o término desta Sessão Plenária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 23, 29, 42, 56, e 70/83.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 99/82 e 27, 68/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 92, 97, 103, 104, 109 e 110/83.

Levanta-se.

Ofício Circular n.º 12/83, do Diretor do DETRAN, cuja publicação no Diário da Assembléia, foi requerida pelo Sr. Deputado Rubens Bueno na sessão do dia 13 de setembro de 1983.

#### ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

##### Ofício Circular n.º 12/83-GB

Curitiba, 31 de agosto de 1983.

Senhor Deputado.

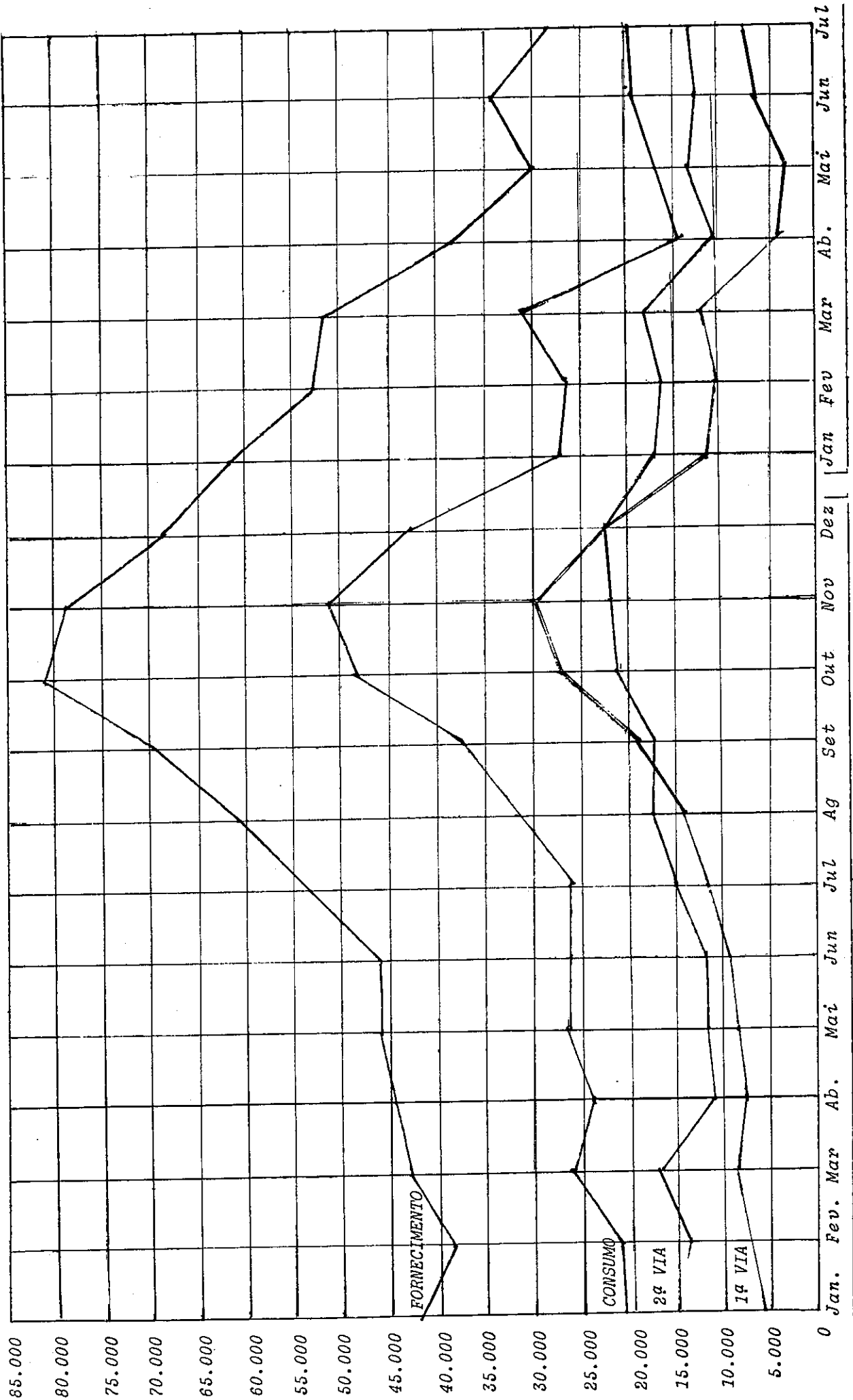
Temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, cópias xerox dos Gráficos de Carteira Nacional de Habilitação (C.N.H.) e Certificado de Registro de Veículo (C.R.V.), que ilustram o movimento do DETRAN no período de janeiro/82 à julho/83, como também, um exemplo numérico das expedições de C.N.H. na CIRETRAN de Barbosa Ferraz.

Continuamos a disposição de Vossa Excelência para esclarecimentos.

Ao ensejo, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

(a) MÁRIO CESAR STAMM  
Diretor Geral

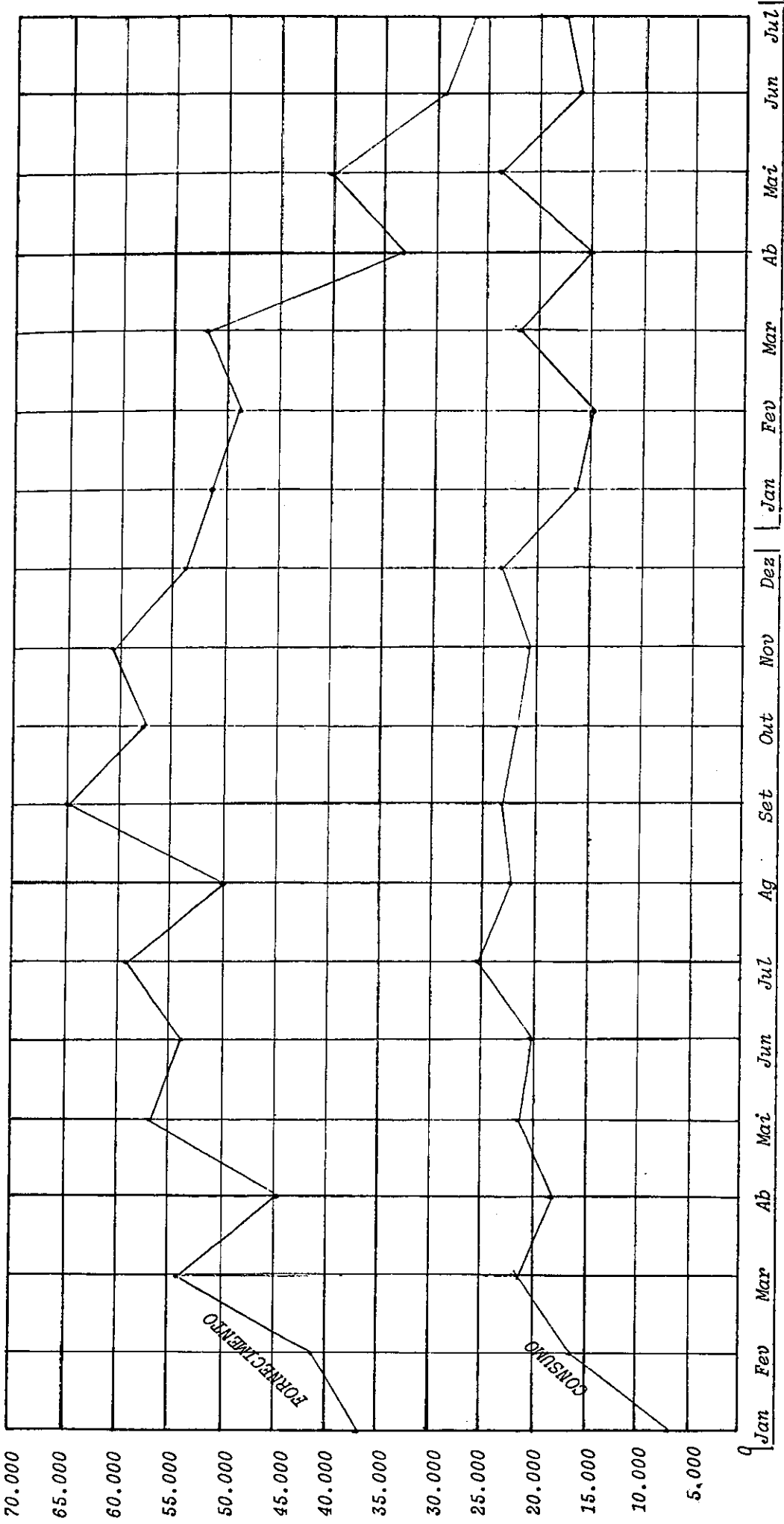
MOVIMENTO DE C.N.H. - GRÁFICO DE VARIÇÃO MENSAL



1.983

1.982

MOVIMENTO DE C.R.V. - GRÁFICO DE VARIAÇÃO MENSAL



1.982

1.983

DETRAN - PR.

**LEVANTAMENTO DE C.N.H.**  
**EXPEDIDAS NA 71ª CRT. BARBOSA FERRAZ**

ANO 1982			
MESES	1ª VIA	2ª VIA	TOTAL
AGOSTO	-	37	37
SETEMBRO	252	73	325
OUTUBRO	579	156	735
NOVEMBRO	822	79	901
DEZEMBRO	757	129	886
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>2.410</b>	<b>474</b>	<b>2.884</b>

Obs.: A expedição de C.N.H. da citada CIRETRAN, iniciou em agosto de 1982.

ANO 1983			
MESES	1ª VIA	2ª VIA	TOTAL
JANEIRO	188	32	220
FEVEREIRO	550	143	693
MARÇO	304	91	395
ABRIL	122	49	171
MAIO	8	15	23
JUNHO	80	20	100
JULHO	147	71	218
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.399</b>	<b>421</b>	<b>1.820</b>

Curitiba, 11 de agosto de 1983.

(a) Marina Ivano Naomi - Coordenadoria da Divisão de Habitação.  
 Atas das Comissões:

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e com a presença dos senhores deputados: Odeni Mongrue, Ezequias Losso e Rubens Bueno, Havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, quando foi lido e aprovado o termo de Ata. O presidente comunicou aos presentes que expediu os ofícios relativos a estadualização da Faculdade de Campo Mourão, relativo aos cursos de extensão universitária da cidade de Cianorte e o ofício que trata de mudanças na resolução que regula a existência das Associações de Pais e Mestres. Comunicou também o recebimento dos ofícios seguintes: da Diretoria do Departamento de Ensino de Segundo Grau da Secretaria de Educação, convidando para uma reunião

no dia 24 de agosto do mesmo ano; do ofício nº 291/82, do Departamento de Ensino Superior, que discorre sobre irregularidades na Escola de Música e Belas Artes do Paraná, o qual foi distribuído ao Deputado Rubens Bueno para analisar. Mais os ofícios da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão sobre a estadualização dessa Faculdade e da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, comunicando o recebimento de ofício desta Comissão. Foi lido e distribuído pelo Presidente o Projeto de Lei nº 114/83, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que dispõe sobre obrigatoriedade, a partir da vigência desta lei, de execução cantada dos Hinos Nacional à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Estado. Foi designado para relatar o senhor Deputado Odeni Mongrue. Foi analisada pelos presentes uma programação de trabalhos pela comissão para o segundo semestre, tendo sido proposto pelo senhor Deputado Odeni Mongrue, a realização do seminário, em outubro, sobre o sistema Estadual de Ensino Superior, cuja programação será elaborada pelo mesmo e pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual, para constar, eu Gilberto Lamparelli Silva, secretário, lavei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente  
 Gilberto Lamparelli Silva — Secretário  
**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 23/83, de autoria do senhor deputado Edmar L. Costa, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural Desportiva dos Servidores Públicos do Centro Cívico - ABCD/CC. PROJETO DE LEI Nº 29/83, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Mães de Pranchita, com sede e foro na cidade de Pranchita. PROJETO DE LEI Nº 42/83, de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, que denomina Vereador Pedro José da Silva, a Rodovia PR-459, que liga Pato Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos. PROJETO DE LEI Nº 49/83, de autoria do senhor deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública a Associação dos Procuradores do Estado do Paraná - APEP, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 56/83, de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a União Beneficente Nossa de Piedade, com sede na cidade de Sarandi. PROJETO DE LEI Nº 70/83, de autoria do senhor deputado Odeni Mongrue, que declara de utilidade pública a Obra Social da Cruzada Nacional de Evangelização, com sede na cidade de Ponta Grossa, bem como os projetos de resolução de nºs 15/83, 52/83, 64/83 e 65/83, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário das Comissões, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente  
 Lélío Guimarães Sotto Maior - Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

## Portarias

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

## PORTARIA Nº 586/83

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7634, de 11 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de NILVA MARIA MORO, matrícula nº 497, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, onze (11) meses e dezessete (17) dias, em que prestou serviços em atividades regida pela Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. 8179/82)

## PORTARIA Nº 587/83

designar RIAMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula nº 320, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, enquanto perdurar o afastamento do titular.

(Protoc. 6049/83)

## PORTARIA Nº 588/83

conceder à funcionária ROSALINA PEREIRA SANTIN, matrícula nº 224, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 23 de agosto de 1983.

(Protoc. 7896/83)

## PORTARIA Nº 589/83

autorizar ALZIRO SANTIN, funcionário contratado deste Poder, a prestar quarenta (40) horas extras mensais, junto ao Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1º de agosto de 1983.

(Protoc. 6858/83)

## PORTARIA Nº 590/83

designar HUGO MARTINS KOSOP, matrícula nº 068, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ivan de Azevedo Gubert.

(Protoc. 7900/83)

## PORTARIA Nº 591/83

conceder a MARTHA CARVALHO LORENSINI, funcionária da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 24 de agosto de 1983.

(Protoc. 7909/83)

## PORTARIA Nº 592/83

conceder à funcionária MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula nº 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22 de agosto de 1983.

(Protoc. 7919/83)

## PORTARIA Nº 593/83

retificar a Portaria nº 576/83, de 18 de agosto de 1983, que designou o funcionário LAERTES LUIZ FOGGIATO, mat. nº 456, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a Corrupção Administrativa, para declarar que o mencionado funcionário prestará serviços de Assessoramento e não como consta naquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de agosto de 1983.

## PORTARIA Nº 594/83

I — revogar a designação de NILDA HUMENHUK RICHTER, do Gabinete do Deputado Leônidas Chaves; e,

II — designar a mesma para prestar serviços no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, até 31 de dezembro de 1984.

## PORTARIA Nº 595/83

I — revogar a Portaria nº 535/83, que designou para prestar serviços no Departamento Administrativo, a funcionária YEDA BARBOSA, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti, até 31 de dezembro de 1984.

(Protoc. 7838/83)

## PORTARIA Nº 596/83

designar JURANDIR DE SOUZA, funcionário da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

(Protoc. 7950/83)

## PORTARIA Nº 597/83

designar ROSA LIS MENEGUSSO, funcionária contratada deste Poder pela Administração como Auxiliar de Portaria, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 24 de agosto de 1983.

(Protoc. 7990/83)

## PORTARIA Nº 598/83

designar ROSELI APARECIDA ANTONIO, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, como Datilógrafa, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 24 de agosto de 1983.

(Protoc. 7993/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de agosto de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

## PORTARIA Nº 599/83

designar JOÃO MARIA BORGES, funcionário contratado deste Poder, como Agente de Segurança, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 24 de agosto de 1983.

(Protoc. 7989/83)

## PORTARIA Nº 600/83

designar MARIA BETÂNIA SOARES DE MORAIS, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução nº 71/80, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque, a partir de 30 de agosto de 1983.

(Protoc. 7902)

## PORTARIA Nº 601/83

designar LÍDIA DORA FAZZINI FERRARO, funcionária contratada deste Poder, para Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 30 de agosto de 1983.

(Protoc. 7837/83)

## PORTARIA Nº 602/83

designar ADEMAR GERALDO DE OLIVEIRA, funcionário contratado deste Poder, pela Resolução nº 71/80, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edgard Pimentel, a partir de 30 de agosto de 1983.

(Protoc. 7903/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL  
BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1983

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	94.934.767,25	PESSOAL	
		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	742.700.000,00
		211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
		211.103 – Contribuições de Prev. Social	- 0 -
		211.104 – Outras Obrigações Patronais	27.700.000,00
		211.105 – Inativos	237.000.000,00
		211.106 – Pensionistas	66.300.000,00
		211.107 – Salário-Família	5.800.000,00
		211.108 – Outras Transf. a Pessoas	- 0 -
			1.079.500.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	724.126.976,03	211.201 – Material de Consumo	31.000.000,00
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	297.820.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	1.500.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	24.667.085,24	211.204 – Subvenções Sociais	55.680.000,00
202.112 – Material de Consumo	31.671.169,03	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	320.711.390,81	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	14.000.000,00
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	1.689.998,26		
202.121 – Subvenções Sociais	55.680.000,00	CAPITAL	
202.122.1 – Inativos	236.537.788,33	211.301 – Obras e Instalações	36.500.000,00
202.122.2 – Pensionistas	65.445.964,00	211.302 – Equip. e Material Permanente	7.500.000,00
202.122.3 – Salário-Família	4.794.680,60		
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudante	- 0 -	CREDITORES	
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	14.000.000,00	212.101 – Despesas Empenhadas	70.733.371,11
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	189.554,98	213.101 – Despesas Processadas	25.210.836,00
202.131 – Obras e Instalações	36.490.906,90	213.20 – Folha de Pagamento	4.112.328,00
202.132 – Equip. e Material Permanente	16.961.780,00		
		213.20 – Restituições	142.626,62
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	1.010.185,44
		RESTOSA PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	3.363.267,40
		216.209 – Processadas Creditores	407.515,86
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Proces. Folha de Pagamento	- 0 -
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	- 0 -
			104.980.130,43
		TOTAL DO ATIVO	1.628.480.130,43
		TOTAL DO PASSIVO	1.628.480.130,43

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de junho de 1983.

DIRETOR FINANCEIRO

CONTADOR GERAL



**FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA**  
**BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE JULHO DE 1983**

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>EXIGÍVEL</b>	
Banco do Estado do Paraná - Ag. C. Cívico	42.792,71	Seguro - Apólice 1331	193.750,00
		Banco do Estado do Paraná - C/E empréstimo	35.491.044,65
			35.684.794,65
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>PATRIMÔNIO</b>	
Banco do Estado do Paraná - Poupança	339.950.431,80	Patrimônio Líquido	285.193.961,18
Caixa Econômica Federal - Poupança	30.416.431,53		
Valores Mobiliários	61.873.256,57		
Empréstimos Concedidos	44.742.960,42		
	476.983.080,32		
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>RECEITA</b>	
Móveis e Utensílios	30.100,00	Renda de Contribuições	37.197.953,00
		Renda de Títulos	166.077.188,51
		Juros de Empréstimos	10.149.077,34
			213.424.218,85
<b>DESPESA</b>			
Inativos	53.709.400,00		
Serviços de Terceiros	412.640,00		
Materiais de Consumo	228.998,98		
Seguros	147.795,00		
Despesas Bancárias	1.861.165,67		
Imposto de Renda	887.002,00		
	57.247.001,65		
<b>TOTAL</b>	<b>534.302.974,68</b>	<b>TOTAL</b>	<b>534.302.974,68</b>

Reconhecemos a exatidão do presente balancete, cujos valores somam a importância de Cr\$ 534.302.974,68 (quinhentos e trinta e quatro milhões, trezentos e dois mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e oito centavos).

(a) **TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE**  
 Tesoureiro

(a) **ANTONIO MARTINS ANNIBELLI**  
 Presidente

(a) **VICENTE PASCHOAL RODACKI**  
 Contador CRC-PR 6635